

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DOSUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**Valéria Machado Araujo Santos**

**INDICADORES EDUCACIONAIS: COMPREENSÃO E USOS NO  
CONTEXTO DE UMA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**São Caetano do Sul - SP  
2021**



**VALÉRIA MACHADO ARAUJO SANTOS**

**INDICADORES EDUCACIONAIS: COMPREENSÃO E USOS NO  
CONTEXTO DE UMA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**Trabalho Final de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional – da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.**

**Área de concentração: Formação de Professores e Gestores.**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia**

**São Caetano do Sul - SP  
2021**

## FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Valéria Machado Araujo.

INDICADORES EDUCACIONAIS: COMPREENSÃO E USOS NO CONTEXTO DE UMA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Valéria Machado Araujo Santos – São Caetano do Sul - USCS, 2021. 133p.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia Dissertação (mestrado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Mestrado em Educação, 2020.

1. Indicadores educacionais. 2. Políticas educacionais. 3. Secretaria de Educação. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. USCS.

I. Garcia, Paulo Sérgio. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul  
Prof. Dr. Leandro Campi Prearo**

**Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa  
Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro**

**Gestão do Programa de Pós-graduação em Educação  
Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda  
Profa. Dra. Ana Silva Moço Aparício**



Trabalho Final de Curso defendido e aprovado em 17 / 12 / 2021 pela Banca Examinadora constituída pelos(as) professores(as):

Profa. Dr. Paulo Sérgio Garcia (Orientador – USCS)

Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro (USCS)

Prof. Dra. Rosemary Roggero (UNINOVE)



À minha família, que sempre me incentivou e possibilitou a minha busca por novos conhecimentos; à minha filha Alice, por toda compreensão e amor diários; a todos os professores e professoras que muito contribuíram para minha formação, em especial, ao Professor Dr. Paulo Sérgio Garcia, orientador desta pesquisa.



## **AGRADECIMENTOS**

Algumas pessoas fizeram-se fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui e não poderia deixar de registrar a minha gratidão.

Agradeço à todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão de mais essa etapa desafiadora da minha vida acadêmica.

Agradeço ao Prof. Paulo Sérgio Garcia, por todo o trabalho, paciência, bom humor, consideração, gentilezas, atenção e por compartilhar tanta sabedoria, sua experiência e humildade no desempenho do seu trabalho me proporcionam um referencial profissional.

Para além das suas orientações, leituras precisas e explicações minuciosas, agradeço também sua parceria e sua disposição de sempre.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Profissional – da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, na figura dos professores, que colaboraram com as minhas reflexões e aprendizagens ao longo desses anos.

Agradeço à Professora Dra. Rosemary Roggero e à Professora Dra. Maria do Carmo Romeiro que, gentilmente, aceitaram compor as bancas de qualificação e defesa, e contribuíram, de maneira singular, com o processo dessa pesquisa.

Agradeço à Prefeitura de Diadema que possibilitou a realização da pesquisa de mestrado, e na qual aprendo diariamente muito mais do que eu poderia imaginar.

Aos meus colegas do Mestrado, em especial a Mestranda Valquíria Vieira, com os quais dividi muitos momentos de aprendizado. A todos, meus sinceros

agradecimentos.

À minha família, em especial meus pais, minha irmã Adrielly e minha filha Alice que me apoiaram e me acompanharam desde o início da minha formação. E a todos aqueles que, de alguma forma, me ajudaram e colaboraram nesta grande conquista.

Sobretudo agradeço a Deus, que me proporcionou o dom da vida e a capacidade de pensar, pois sem Ele nada seria possível.

Muito obrigada!

“Gostaria de ser lembrada como uma pessoa que queria ser livre, para que os outros também fossem livres”.

(Rosa Parks)



## RESUMO

Os indicadores são ferramentas que podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. No campo educacional, eles podem ser utilizados para acompanhar e monitorar políticas públicas vinculadas à educação. O objetivo geral do presente estudo é analisar como técnicos especialistas em educação, que atuam na Secretaria de Educação do município de Diadema, compreendem e utilizam os indicadores educacionais. Para dar conta do objetivo, utilizou-se a metodologia qualitativa, com base em sessões reflexivas realizadas com 9 profissionais. Os resultados indicaram que profissionais de outras áreas, como a da saúde, tinham uma compreensão um pouco mais elaborada sobre os indicadores e seus usos, quando comparados àqueles do campo educacional, que tinham uma visão mais “intuitiva” e mais associada ao senso comum. Para esse segundo grupo, o entendimento era mais simplista, restrito e pouco elaborado sobre o fenômeno. Essa compreensão reduzida também foi constatada quanto ao uso dos indicadores no cotidiano do trabalho. Nesse sentido, encontrou-se certa centralidade do IDEB para a realização da gestão da qualidade educacional e escolar. Em que pese à relevância do indicador, para revelar a qualidade do ensino de Português e Matemática, é urgente a discussão acerca dos outros indicadores. Não se pode assumir, dentro de uma secretaria de educação, órgão central para a elaboração de políticas para garantir o direito à educação, somente um indicador para fazer a gestão da qualidade. Os dados mostraram também desconhecimento e a não utilização de outros indicadores, como os de trajetória, contexto e aprendizagem. Trata-se de uma situação que, muito provavelmente, têm implicações “negativas” em relação à busca pela qualidade educacional e escolar. A partir dos dados desta pesquisa têm-se como produto a criação de um curso formativo sobre o uso de indicadores educacionais para a gestão municipal. Espera-se que os novos elementos empíricos aqui apresentados possam ser utilizados pelas autoridades do município de Diadema, responsáveis por desenvolver políticas educacionais.

**Palavras-chave:** Indicadores educacionais. Políticas educacionais. Gestão da Qualidade.



## ABSTRACT

The indicators are tools that can enrich the empirical interpretation of social reality and guide the analysis, basis and implementation of social policies in the most competent way. In the educational field, they can be included to follow up and monitor public policies related to education. This study analyzed the understanding and uses of specialist technicians working in the education department of the Diadema' city. To reach the goal, a qualitative methodology was used, based on reflections carried out with nine professionals. The results indicated that professionals from other areas had a slightly more elaborate understanding of the indicators and their uses than those from the educational field, who had a more "intuitive" and common sense view. For this second group, the understanding was more simplistic, restricted and little elaborated on the phenomenon. This little understanding also happens regarding the use of indicators in daily work. It has been found a certain centrality of the IDEB for educational and school management. Despite the importance of the indicator, to reveal the quality of teaching in Portuguese and Mathematics, it is urgent to discuss other indicators. One cannot assume, within an education department, the central body for the elaboration of policies to guarantee the right to education, only an indicator to manage quality. The data also showed the lack of knowledge and non-use of other indicators, such as trajectory, context and learning. It is a situation that, very likely, has "negative" implications in relation to the search for educational and school quality. Based on the data from this research, the product is the creation of a course on the use of educational indicators for municipal management. It is hoped that the new empirical elements presented here can be used by authorities in the municipality of Diadema, responsible for developing educational policies.

**Keywords:** Educational indicators. Educational politics. Management of quality.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processo de agregação de valor informacional ao indicador .....	45
Figura 2: Construção de indicadores para diagnóstico social .....	46
Figura 3: Localização da Região Metropolitana de São Paulo – Divisão Sub-regional – contando a região do Grande ABC Paulista, mencionada neste mapa como região Sudeste .....	59
Figura 4: Sistema Organizacional da Secretaria de Educação do Município de Diadema .....	70



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estudos correlatos.....	37
Quadro 2: Projeto Indique: dimensões e seus indicadores .....	50
Quadro 3: Indicadores de Trajetória, Contexto e Aprendizagens.....	52
Quadro 4: Indicadores Educacionais.....	53
Quadro 5: Descrição dos níveis de complexidade da gestão.....	54
Quadro 6: Descrição dos níveis de esforço docente .....	55
Quadro 7: Unidades escolares diretas da Educação Infantil – creche .....	64
Quadro 8: Unidades escolares da Educação Fundamental I .....	65
Quadro 9: Unidade escolares diretas da Educação Infantil – pré-escola .....	66
Quadro 10: Unidades escolares Educação de Jovens e Adultos.....	67
Quadro 11: Questionário qualitativo para coletar os dados do perfil dos participantes .....	75
Quadro 12: Sessões reflexivas.....	77
Quadro 13: Sessões reflexivas.....	77
Quadro 14: Organização dos grupamentos .....	94



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) dos municípios do Grande ABC Paulista .....	60
Tabela 2: Caracterização do território do Grande ABC Paulista .....	61
Tabela 3: Capacidade de atendimento 2020.....	63
Tabela 4: Atendimentos 2020.....	64
Tabela 5: IDEB Escolas Públicas do município de Diadema 2013-2019 .....	68
Tabela 6: Sexo dos participantes do estudo .....	81
Tabela 7: Faixa etária dos participantes.....	81
Tabela 8: Moradia dos participantes .....	82
Tabela 9: Formação inicial dos participantes .....	82
Tabela 10: Pós-graduação dos participantes .....	82
Tabela 11: Tempo de atuação na rede de ensino de Diadema.....	83
Tabela 12: Cargo desenvolvido na Secretaria de Educação.....	83



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IDEB: Índice de desenvolvimento da educação básica.

INEP: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

SEMED: Secretaria de Educação de Diadema



## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	19
LISTA DE QUADROS.....	21
LISTA DE TABELAS .....	23
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	25
MEMORIAL.....	30
1 INTRODUÇÃO .....	32
1.2 Problema.....	36
1.3 Objetivo Geral.....	36
1.4 Objetivos específicos .....	36
1.5 Justificativa .....	36
1.6 O estudo.....	41
2 INDICADORES: SURGIMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONCEITOS .....	43
2.1 Indicadores Sociais .....	45
2.2 Indicadores Educacionais em questão .....	47
2.2.1 Indicadores educacionais no INEP .....	51
2.2.2 Indicador complexidade da gestão da escola .....	53
2.2.3 Indicador Esforço Docente.....	55
2.2.4 A dificuldade de um indicador captar e retratar a realidade .....	56
3 O CONTEXTO DA PESQUISA: GRANDE ABC PAULISTA E O MUNICÍPIO DE DIADEMA.....	59
3.1 O município de Diadema e a Educação .....	63
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	72
4.1 Fases da pesquisa .....	75

4.2 Segunda fase: as sessões reflexivas.....	76
4.3 Análise de Dados.....	78
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	81
5.1 Perfil dos participantes da pesquisa .....	81
5.2 As compreensões e os usos dos indicadores educacionais .....	84
5.2.1. Primeiro cenário .....	84
5.2.2. Segundo Cenário.....	92
6 PRODUTO .....	98
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	104
REFERÊNCIAS .....	107
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO .....	112



## MEMORIAL

Nascida em uma família de ascendência baiana, ainda criança, recordo-me do esforço dos meus pais, que, após um dia árduo de trabalho, se preparavam para ir à escola noturna, conhecida como supletivo, a fim de concluir os seus estudos.

Pouco tempo depois, meu pai ingressava em um curso de graduação, Bacharel em Teologia, sendo o primeiro entre seus irmãos a conquistar um diploma de nível superior. Hoje percebo de que maneira essa e outras experiências – como o incentivo de minha mãe para que eu estudasse – foram propulsoras para a escolha do trajeto a ser percorrido na minha educação.

Aluna de escola pública – e digo “aluna”, pois fui constituída dentro da concepção da educação bancária –, ao concluir o ensino médio, fui aprovada em uma Instituição que oferecia cursos de graduação gratuitamente, a Faculdade de Tecnologia Termomecânica. Foram dois anos intensos, estudando em período integral, com dedicação exclusiva e muitos desafios econômicos e sociais a serem superados.

Essa vivência foi fundamental, pois impactou profundamente a minha relação com os estudos e com as minhas escolhas. Concluí o curso de Tecnologia em Industrialização em Alimentos, atuei na área junto a renomados Engenheiros de Alimentos e, durante o processo, desenvolvi a minha aptidão para ensinar, pois trabalhei em um setor de formação da empresa. Foi nesse contexto que decidi voltar à universidade e cursar a Licenciatura em Pedagogia.

Com o objetivo de me apropriar do ambiente educacional, por meio de um concurso público, iniciei no cargo de auxiliar de classe na Rede Pública da Prefeitura de São Bernardo do Campo, já que ainda não tinha a titulação necessária para lecionar. No mesmo cargo, atuei em outras redes no ABCD, como Santo André e São Caetano do Sul e, em paralelo, cursei a graduação em Pedagogia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, no período de 2014 a 2016. Esse processo foi decisivo na minha formação como profissional da educação.

Ao longo dos três anos na USCS, diversas mudanças e transformações aconteceram, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. E aqui compartilho uma experiência ocorrida na graduação, na famosa “Semana da Pedagogia”. Na ocasião, o evento focalizava questões étnico-raciais e foi organizado pela professora Mestre Shirley Pires da Cruz.

Por meio dessas palestras, fui confrontada quanto à minha autopercepção de mulher, negra e atuante na educação pública brasileira. Meu processo de conceber a minha negritude se deu nessa semana, e isso provocou um impacto imensurável em todas as áreas da minha vida, pois aprendi que o autoconhecimento e a apreciação de quem somos em essência são fundamentais para vivermos com propósito e desempenharmos um papel social de relevância.

Com essa nova auto percepção, em 2017, ingressei como professora da educação básica no Sistema de Ensino do Município de Diadema, no qual tive a oportunidade de atuar na Educação Infantil, de 0 a 5 anos, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na gestão pública na Secretaria de Educação da cidade. No ano de 2021, iniciei também na rede Municipal de São Paulo como professora de Educação Infantil.

Em 2020, fui convidada pelo secretário de educação Carlos Augusto Viana a atuar na equipe técnica de formação e acompanhamento pedagógico na Secretaria de Educação no município de Diadema. Isso me fez despertar para uma série de questionamentos sobre procedimentos adequados, coerentes e comprometidos com uma educação de qualidade, que levem em consideração a desigualdade social e escolar. Assim, posso dizer que aprofundei e problematizei questões referentes à gestão escolar e às políticas públicas e, por essa razão, decidi ingressar no programa de Mestrado em Educação.

Em suma, atuar na gestão, no nível de Sistema de Ensino, foi fundamental para refletir sobre os fatores que compõem esse complexo e multifacetado cenário, com vistas a oportunizar uma escola justa, por meio da promoção da equidade para alunos da educação pública. Nesse cenário, extremamente desafiador, reside o problema de pesquisa que busco elucidar nesta pesquisa.

## 1 INTRODUÇÃO

Os indicadores sociais começaram a ser utilizados com mais frequência em virtude da necessidade de medição dos impactos de políticas sociais. Mais especificamente, a ausência de mecanismos para acompanhar as mudanças de forma mais sistemática impulsionou o surgimento dessas ferramentas.

Para Bauer (1967), a necessidade de maior planejamento do setor público, ao longo do século XX, possibilitou a formulação dos primeiros indicadores sociais. Embora tenham surgido nos anos 1920 e 1930, eles se desenvolveram efetivamente por volta dos anos 1960 e, nessa época, ganharam maior “corpo científico” (JANNUZZI, 2002). O seu uso poderia possibilitar formas de superar a desigualdade social, desencadeada pelo crescimento econômico (BAUER, 1967). Isso porque, apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ainda “persistiam altos os níveis de pobreza e acentuavam-se as desigualdades sociais em vários países” (JANNUZZI, 2002).

Desse modo, por meio da ampla estruturação desses indicadores, esperava-se que os governos conseguissem direcionar melhor seus planejamentos e suas ações. Com isso, seria possível viabilizar níveis crescentes de bem-estar social, superando tensões do desenvolvimento econômico “frenético” e redistribuindo as riquezas geradas (BAUER, 1967).

No entanto, na década de 1970, os indicadores foram desacreditados, em razão do excesso de planejamentos tecnocráticos e da crise fiscal do Estado. Para Jannuzzi (2002), insucessos, sucessos parciais e excessos de planejamento foram algumas causas para tal descrédito.

Já na década seguinte, a partir do aprimoramento de novas políticas públicas, os indicadores passaram a ser utilizados com maior frequência em universidades, sindicatos e centros de pesquisas. Ainda de acordo com Januzzi (2002, p. 55), esse uso buscava o “aprimoramento conceitual e metodológico, instrumentos mais específicos de quantificação e qualificação das condições de vida”.

Vale ressaltar que os indicadores sociais são encontrados em diversos segmentos, por exemplo, na saúde, na habitação social, na educação, entre outros.

Apesar dessa diferença, eles têm sempre os mesmos objetivos: traduzir, aproximar, indicar ou sistematizar os fenômenos da realidade social.

Januzzi (2002, p.55) assinala que um indicador pode ser considerado “um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma”, pois busca explicar fenômenos da sociedade. Ademais, o autor defende que essas ferramentas podem ser utilizadas na gestão pública e, dessa forma, contribuem para a tomada de decisões, o desenvolvimento de estratégias de intervenção, bem como a criação e o monitoramento de políticas públicas.

Em outro estudo, o autor defende que “se bem empregados, os indicadores podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais” (JANUZZI, 2012, p.103). Dessa forma, instrumentaliza-se o planejamento público.

Todavia, apesar de os indicadores ocuparem lugar privilegiado e central na criação de políticas públicas, incluindo as do campo educacional, trata-se de um tema que tem estado envolto em problematizações, questionamentos e incertezas e, ao mesmo tempo, assentado em uma literatura com disputas de várias naturezas, sejam elas teóricas, metodológicas, ideológicas ou políticas.

No campo educacional, os indicadores podem ser utilizados de várias formas. Entre elas, para o acompanhamento e o monitoramento das políticas públicas vinculadas à educação. Um exemplo é o controle das taxas de fracasso escolar, que são altas no Brasil. Segundo Lebaron (2011), um indicador educacional é uma categoria de um indicador social, que pode se referir ao funcionamento do sistema de ensino ou ao desempenho escolar.

Para Gil (2007), os primeiros indicadores educacionais no Brasil mostravam preocupações voltadas principalmente ao acesso ao Ensino Fundamental. No entanto, o seu desenvolvimento expressivo ocorreu na década de 1990, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Portaria MEC n.º 1.795, de 27 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994).

Alguns indicadores foram desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que busca contribuir com a promoção da qualidade da educação brasileira. Com relação aos indicadores

produzidos pelo INEP, destacam-se: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a “Complexidade da gestão escolar”, a “Média de alunos por sala”, a “Taxa de rendimento”, o “Esforço Docente”, entre outros. De acordo com o INEP (2020),

Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

Partindo dessa premissa, o INEP construiu três modalidades de indicadores que auxiliam no monitoramento da educação: indicadores de trajetória, de contexto e de aprendizagem. Os de trajetória se constituem de dados sobre a vida escolar do aluno: “matrículas, média de estudantes por turma, estudantes incluídos, matrículas em tempo integral, taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade-série” (INEP, 2017). Os de contexto resultam dos dados encontrados no cenário escolar: indicador de nível socioeconômico, de complexidade da gestão escolar, de esforço docente, de regularidade docente e da Educação Básica. Por fim, os de aprendizagem concernem à participação dos alunos e das escolas nas avaliações realizadas em nível nacional (INEP, 2017).

Como indicou Garofalo (2020, p. 32), as Secretarias de Educação dos municípios podem utilizar os indicadores do INEP “para, entre outras questões, realizar a gestão municipal do campo educacional. Gestores escolares também podem usá-los para organizar e melhorar suas escolas”.

Werle, Koetz e Martins (2015) apontam que além de utilizar os indicadores, os profissionais da educação também podem exercer a narrativa de forma colaborativa, na criação de seus próprios indicadores considerando as singularidades da realidade empírica.

No entanto, não se pode fugir do debate no qual os indicadores, em geral, e aqueles do campo educacional, em particular, têm sido utilizados para criar narrativas e discursos, subjugando à educação pública ao olhar desavisado e

negativo da população. Por suas possibilidades, muitas vezes, eles são usados para, entre outras questões, realizar comparações descontextualizadas e para a criação de *rankings* atomizados, desacreditando e desmoralizando professores e escolas públicas. Alavarse, Chappaz e Freitas (2021) em seus estudos trazem à tona a discussão sobre o IDEB, onde deve-se considerar relevante os dados apresentados por esse indicador, sobretudo tomando o cuidado para o não ranqueamento.

Nossa visão sobre os indicadores vai em outra direção, qual seja, eles são fundamentais para garantir o direito público e subjetivo à educação de qualidade. Um direito que necessita ir além do acesso, da permanência e dos resultados dos jovens em testes padronizados. A partir dos indicadores podemos cobrar os governos por uma educação, de fato, de qualidade. A educação não pode ser compreendida e concretizada, em seu pleno potencial, somente por meio da análise de números, mas sem eles os limites desta compressão e concretização se tornam ainda menores.

Isso posto, este estudo explorou a visão de um grupo de especialistas da Secretaria de Educação de Diadema em relação aos indicadores educacionais. Nesse município, a educação está organizada como sistema de ensino na Secretaria de Educação e tem sob sua responsabilidade o monitoramento e acompanhamento de 64 escolas. O sistema atende à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, Anos Iniciais, e à Educação de Jovens e Adultos, com um pouco mais de 30.000 alunos. Nessa Secretaria, encontram-se dois grandes departamentos: o de formação e acompanhamento pedagógico e o setor no qual se centralizam as “chefias” de cada segmento. O grupo de especialistas que participou da presente pesquisa atua no departamento de formação e acompanhamento pedagógico. Ele foi selecionado em virtude de ser responsável pelo monitoramento, pelas intervenções pedagógicas e pela formação da gestão escolar que atua na escola.

A seguir são apresentados o problema e os objetivos do estudo:

## **1.2 Problema**

Como técnicos especialistas em educação, que atuam na Secretaria de Educação do município de Diadema, compreendem e utilizam os indicadores educacionais?

## **1.3 Objetivo Geral**

Analisar como os técnicos especialistas em educação, que atuam na Secretaria de Educação do município de Diadema, compreendem e utilizam os indicadores educacionais.

## **1.4 Objetivos específicos**

Com relação aos objetivos específicos:

- Analisar a compreensão de técnicos especialistas que atuam na Secretaria de Educação do município de Diadema sobre os indicadores educacionais;
- Analisar as formas de utilização de indicadores educacionais pelos técnicos especialistas que atuam na Secretaria de Educação do município de Diadema.
- Elaborar um curso sobre indicadores educacionais para técnicos especialistas.

## **1.5 Justificativa**

Um dos pressupostos que justifica esta pesquisa é a relevância do uso de indicadores educacionais no planejamento e no monitoramento dos sistemas de ensino, em geral, e das unidades escolares, em particular. Ademais, vale ressaltar que são poucos os estudos encontrados em pesquisas correlatas sobre a utilização dos indicadores educacionais na gestão pública.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com base nos seguintes descritores: indicadores educacionais, gestão da educação, gestores escolares e Secretaria de educação, foram encontrados 109 trabalhos, no período

de 2014 a 2021, sendo 87 dissertações e 22 teses. Desse material organizaram-se, no quadro 1, os estudos correlatos encontrados e que dialogam com a presente proposta:

Quadro 1: Estudos correlatos

<b>Estudo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Autor(es)/ano</b>
Informação estratégica: indicadores educacionais e os órgãos de fomento	-Estudar e compreender indicadores e seus resultados dos indicadores e implicações junto às agências de financiamento.	(ALVES; ARAUJO, 2017)
O uso da informação educacional na perspectiva dos gestores escolares de estabelecimentos de anos iniciais do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal	- Compreender a percepção dos gestores sobre a gestão escolar; -Analisar o uso do Indicador IDEB nos processos de gestão da educação	(ALMEIDA; ALVARES, 2015)
Contribuição pedagógica do Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco (SIEPE) para a gestão das escolas estaduais da Gerência Regional de Ensino da Mata Sul (GRE- Palmares)	-Investigar as contribuições do sistema operacional, que viabiliza acesso aos dados de indicadores e outros dados.	(SILVA; SANTOS, 2014)
Considerações sobre o Uso, Mau Uso e Abuso dos Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas Municipais. Publicado em Revista de Administração Pública.	- Discutir a definição de indicadores social, suas propriedades, os sistemas classificatórios e as fontes de dados disponíveis. A seguir, analisar as potencialidades e limitações do índice de	(JANNUZZI, 2002)

	desenvolvimento humano na avaliação de políticas públicas.	
Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.	Estudar a qualidade dos indicadores educacionais utilizados no país para avaliar a educação básica.	(FONSECA, 2010)
Indicadores Educacionais Atrelados Ao Professor: Falta De Formação Ou Negligência	Analisar, em municípios da região metropolitana de São Paulo, alguns indicadores atrelados ao professor, em particular, a formação superior, a adequação e o esforço docente. Paralelamente, busca compreender como eles são tratados no âmbito da gestão realizada pelas secretarias de educação com foco o Ensino Fundamental, anos finais	(GARCIA; BRITTO, 2021).

Fonte: Elaboração da autora.

Em um ambiente educacional no qual se busca a qualidade, tem-se inúmeras discussões e controvérsias, é de suma importância que os profissionais tenham a oportunidade de refletir sobre os indicadores educacionais. Na dissertação intitulada “Informação estratégica: indicadores educacionais e os órgãos de fomento”, os

autores propõem-se que as equipes escolares se apropriem dos dados apresentados pelos indicadores, propiciando mudanças de práticas e tomadas de decisão baseadas em dados sólidos. Assim, incentiva-se a aproximação dos indicadores educacionais com a realidade das equipes escolares e reforçam-se a ideia do uso do monitoramento dos resultados e os limites a serem superados, bem como as formas de pleitear recursos junto às agências financiadoras, pois elas monitoram os seus investimentos com base nos resultados dos indicadores.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e de tipologia descritiva, com pesquisa documental. Os resultados mostraram que existem muitos recursos disponíveis, mas as equipes não têm conhecimento técnico para adquiri-los. Ademais, constatou-se a necessidade de abrangência do conhecimento sobre os indicadores, ou seja, é necessária sua expansão como forma de constatar possibilidades de melhoria na educação.

Já o estudo cujo título é “O uso da informação educacional na perspectiva dos gestores escolares de estabelecimentos de anos iniciais do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal” tem como principal objetivo compreender a percepção dos gestores sobre a gestão escolar e a natureza dessa relação. Para tanto, parte-se da análise do uso IDEB como indicador para nortear a atuação dos gestores e as nuances dessa atuação.

O trabalho “Contribuição pedagógica do Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco (SIEPE) para a gestão das escolas estaduais da Gerência Regional de Ensino da Mata Sul (GRE- Palmares)” desenvolvido por SILVA e SANTOS, trata de uma ferramenta de gestão e de aporte pedagógico, que utiliza alguns indicadores educacionais, entre outros dados, a fim de melhorar o desempenho da gestão.

Nessa pesquisa, verificou-se que tal sistema contribui para a melhoria do desempenho da gestão escolar, porém alguns pontos devem ser melhorados a fim de se obterem resultados mais eficazes. Além disso, reforça-se o pensamento sobre o uso e a compreensão dos indicadores para processos de gestão mais eficazes, o que também será aqui discutido.

No estudo de um dos referenciais teóricos da presente pesquisa, intitulado “Considerações sobre o Uso, Mau Uso e Abuso dos Indicadores Sociais na

Formulação e Avaliação de Políticas Públicas Municipais”, Jannuzzi (2002) discute o uso dos indicadores sociais na construção e efetivação de políticas públicas. Nesse trabalho, encontram-se os principais pontos para a estruturação de um indicador, suas características e segmentos, bem como as formas de usá-los com eficácia. O autor apresenta os indicadores como instrumentos metodológicos que visam a mostrar o cenário da realidade social. Além disso, o pesquisador traz evidências acerca do caráter de monitoramento dos indicadores.

Na pesquisa “Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil”, Fonseca (2010) analisou os indicadores educacionais atrelados à matrícula, ao rendimento e à proficiência. O uso de indicadores em todo território nacional foi identificado, com o objetivo de causar impactos e responsabilidade diante das políticas públicas. Isso gerou grande repercussão sobre os recursos financeiros relacionados à promoção da equidade no campo educacional.

Segundo o autor, os indicadores ainda necessitam de uma validação para ratificar sua legitimidade. Ao analisá-los, ele verificou as fontes de dados utilizadas para a criação e estruturação dos indicadores, como o Censo Demográfico, entre outros. Nesse sentido, o pesquisador aponta que a extensão e a diversidade do país afetam os resultados do Censo Demográfico, que constam de muitas variáveis.

Ademais, Fonseca afirma que o uso dos indicadores na gestão pública para o monitoramento das políticas públicas tem auxiliado na mensuração da qualidade da educação em todo Brasil.

Por fim, o artigo de Garcia e Brito (2021) analisou alguns indicadores atrelados ao professor, em particular, à formação superior, à adequação e ao esforço docente, em municípios da região metropolitana de São Paulo. Paralelamente, os autores buscaram compreender como os indicadores eram tratados no âmbito da gestão realizada pelas Secretarias de Educação, com foco no Ensino Fundamental, Anos Finais.

Os autores utilizaram metodologia mista, com coleta de dados no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, e realização de entrevistas com especialistas que atuavam nas Secretarias de Educação.

Os resultados revelaram a existência de professores não habilitados, que ministravam aulas em disciplinas nas quais não foram formados e com alto esforço docente. Os dados foram mais desfavoráveis na sub-região Sudeste e mostraram também os especialistas que atuavam nas Secretariase desconheciam alguns indicadores e suas implicações para a educação. Além disso, chegou-se à conclusão de que o indicador mais utilizado para fazer gestão da educação municipal era o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

## **1.6 O estudo**

A presente dissertação está dividida em seis partes desenvolvidas linearmente e de forma integrada, revelando a estrutura organizacional dinâmica do projeto. A primeira é composta pelo memorial da pesquisadora, pela introdução ao tema e pela contextualização do ambiente examinado. Nesse momento, destacam-se os objetivos e a justificativa de pesquisa.

Na segunda parte, encontra-se o referencial teórico. Por meio de um estudo bibliográfico, procurou-se conceituar os indicadores educacionais e reconstruir um pouco de sua história, ligada aos indicadores sociais. Além disso, focalizam-se os indicadores de contexto para estudo, acompanhados das fichas técnicas elaboradas pelo INEP.

Na terceira parte, faz-se a contextualização geográfica da região do Grande ABC, onde se encontra o município de Diadema, foco da pesquisa. Nessa seção, abordam-se, entre outros aspectos, especificidades da cidade, sobre tudo relacionadas ao setor educacional, gerenciado pela Secretaria de Educação, da qual faz parte o grupo estudado.

Já na quarta parte, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados. Mais especificamente, a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa e suas características, ressaltando que esse tipo é próprio para a análise de eventos, isto é, de fenômenos não mensuráveis.

No âmbito da pesquisa qualitativa, optou-se pela abordagem colaborativa, com base nas diretrizes e orientações de Ibiapina (2008). Partindo dessa premissa, organizaram-se sessões reflexivas e colaborativas para a coleta dos dados, realizadas on-line em virtude da pandemia de covid-19. Além disso, explicitam-se e

detalham-se as fases da pesquisa, seus objetivos e os métodos utilizados. Por fim, apresentam-se o cronograma e as referências utilizadas.

A quinta parte inicia-se com a descrição e a caracterização (o perfil dos participantes) da equipe de técnicos especialistas atuantes na Secretaria de Educação de Diadema. Para tanto, elaboraram-se tabelas que auxiliam a compreensão acerca desse grupo. Ademais, mostram-se os resultados encontrados, em relação à compreensão e aos usos dos indicadores. Busca-se, então, discuti-los à luz do referencial teórico, tecendo hipóteses para compreender os dados apresentados.

Na sexta parte, apresenta-se o produto final, mediante os resultados encontrados na pesquisa com os técnicos especialistas e, na sequência, tecem-se as considerações finais, trazendo à tona algumas conclusões, baseadas nas evidências identificadas no decorrer do trabalho.

## 2 INDICADORES: SURGIMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONCEITOS

“Dados torturados confessam; indicadores robustos resistem; Conhecimento embasado transforma”.

(JANUZZI,p.17,2017).

A epígrafe remete à importância do conhecimento embasado em indicadores robustos e resistentes. No entanto, sabe-se que apenas um indicador não é capaz de traduzir a complexa realidade social ou educacional. Por isso, é necessária a utilização de um conjunto deles, ou seja, outros fatores também precisam ser considerados no momento de contextualizar uma realidade. Nesta seção, busca-se desenvolver ideias, conceitos e argumentos que justifiquem a necessidade desses indicadores.

Inicialmente, deve-se ressaltar que eles são constituídos como apontamentos e recursos metodológicos, que podem ser quantitativos ou qualitativos. Segundo Jannuzzi (2002; 2009), tais indicadores traduzem significados, características e práxis de um conjunto de pessoas ou de um serviço.

Garcia e Brito (2021, s.p.) indicaram que os indicadores, em geral, e do campo da educação, em particular, podem desempenhar uma “função diagnóstica social e, nesse sentido, auxiliar na elaboração de políticas públicas”. Todavia, os autores advertem que o uso desses instrumentos na educação precisa ser acompanhado de outros elementos para a compreensão mais elaborada de um fenômeno.

Para Jannuzzi (2009), os indicadores sociais também podem desempenhar a função de mensurar o tamanho de um fenômeno, trazendo dados sobre o comportamento de diferentes regiões ou de um conjunto social. Eles surgiram da necessidade de medição dos impactos e do monitoramento das políticas sociais, para acompanhar, de forma mais sistemática e abrangente, as transformações sociais em países desenvolvidos e subdesenvolvidos em meados dos anos de 1960. Na ocasião, percebeu-se o crescimento da economia e, paradoxalmente, o aumento das desigualdades sociais, sobretudo em países do terceiro mundo.

A utilização e a interpretação de dados com base no uso de indicadores proporcionam uma leitura da experiência prática de forma mais eficaz, dirigindo a

interpretação de modo mais completo, conforme diz Jannuzzi (2017, p.21): “um indicador social é uma medida quantitativa, dotada de significado substantivo, e é usado para aproximar, quantificar, ou operacionalizar um conceito social abstrato”.

Ferreira, Cassilato e Gonzales (2009) tecem apontamentos afirmando que esses indicadores têm caráter de resoluções metodológicas capazes de desenvolver medidas para quantificar ou qualificar. Para Jannuzzi (2017), eles podem monitorar as condições de vida e de bem-estar social, auxiliando no planejamento governamental. Ademais, são considerados uma forma de conexão entre a esfera acadêmica e a constatação das ocorrências sociais, por exemplo.

A sua utilização pode, entre outras questões, catalisar os processos de gerenciamento público, potencializando as chances de intervenções pontuais e eficazes, promovendo o bem-estar social. De acordo com Minayo (2009 p. 84), os indicadores “são importantes instrumentos de gestão, pois permitem o monitoramento de situações que necessitam ser mudadas, incentivadas ou potencializadas, permitem ao administrador operar sobre dimensões-chaves de sistemas e processos”.

Hadji (1994, p. 148) indica que “os índices são mudos, se os mesmos, não adquirirem significados”. Dessa forma, um indicador atribui um significado ao dado identificado, reforçando sua “característica particular que é um testemunho da existência de um fenômeno predeterminado. Signo em que se reconhece a presença de um efeito esperado” (HADJI, 1994, p. 187).

Segundo Carley (1985), encontram-se na literatura três modalidades de indicadores: aqueles que são indicadores-insumo, ligados a recursos humanos, financeiros ou de equipamentos destinados a um programa; os indicadores-produto, que normalmente retratam a realidade social de situações do cotidiano, com foco em processos sociais complexos; e os indicadores-de processo, que fazem uso dos indicadores-insumo com o objetivo de aprimorar indicadores-produto, relacionados às métricas.

Por se tratar de tema relevante, a literatura conta com um amplo e robusto referencial teórico (HADJI, 1994; CARLEY, 1985; JANNUZZI, 2002; 2017; MINAYO, 2009, GAROFALO, 2020, GARCIA 2021, BRITO, 2021, entre outros). No entanto, vale salientar novamente que apenas um indicador não consegue dar conta da complexidade da realidade multidimensional.

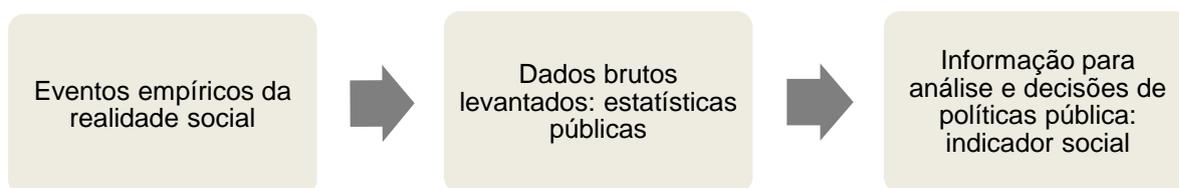
## 2.1 Indicadores Sociais

Januzzi (2017) destaca que um indicador social é uma medida quantitativa carregada de significado. Seu uso se associa à compreensão de uma “atmosfera social”. Dessa forma, traduz dimensões sociais que permitem a formulação de políticas públicas intencionais, entre outras questões. O autor também afirma que os indicadores, em geral, trazem em si múltiplas possibilidades da realização de um acompanhamento social e do estado de bem-estar da população.

Ademais, eles podem ser elaborados e desenvolvidos. O processo de desenvolvimento de um indicador é composto por alguns movimentos de idas e vindas, sendo indispensável o aperfeiçoamento constante. Por meio do conceito-medida, tem-se a descrição do trajeto de criação de um indicador.

Para melhor compreensão, Januzzi (2017) salienta a diferença entre uma estatística pública e um indicador social. A estatística é o dado de uma forma bruta, gerada a partir de dados censitários, por exemplo. É necessário, portanto, transformá-los em indicadores sociais por meio de uma descrição empírica da realidade. Na figura 1, observa-se o processo descrito pelo autor, concernente à transformação da estatística pública em indicador social.

Figura 1: Processo de agregação de valor informacional ao indicador



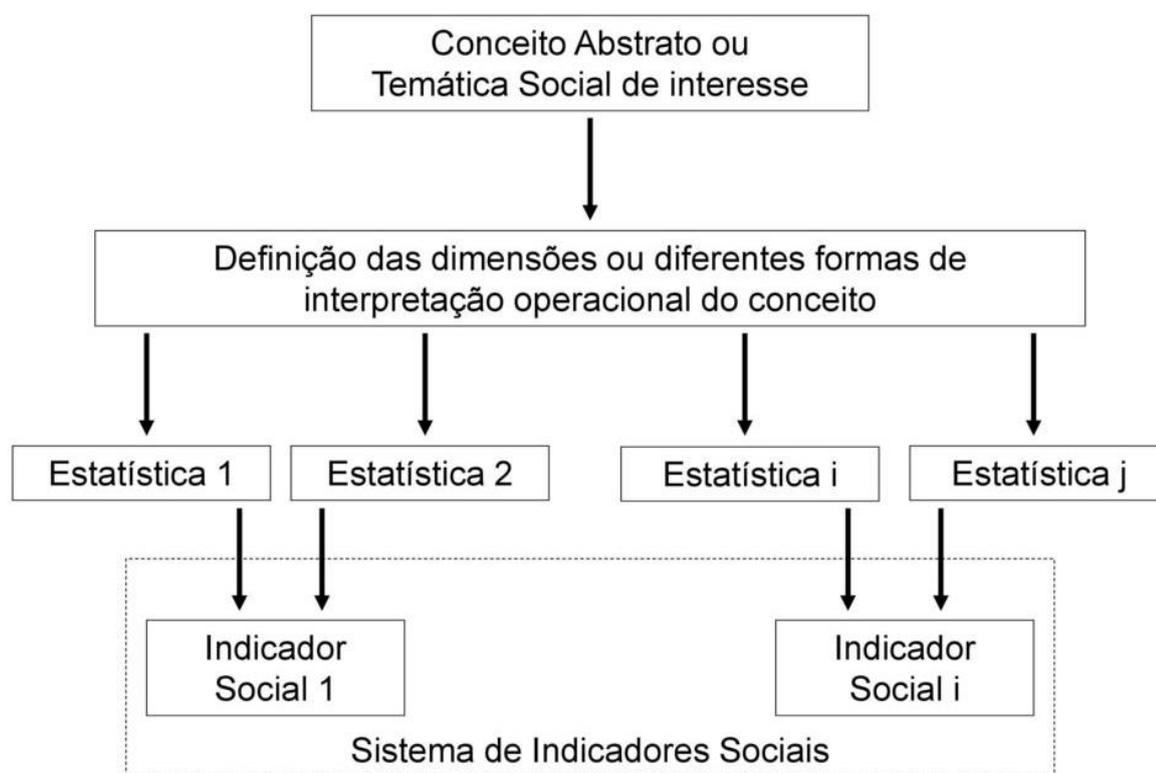
Fonte: Januzzi (2017)

De acordo com Januzzi (2017, p. 25), o primeiro passo é a definição da questão a ser tratada e analisada, com base no objetivo analítico referido. Na sequência, medem-se as inferências possíveis sobre a temática, com vistas a definir o que de fato se quer medir com o indicador. Nesse processo, levantam-se as hipóteses de interpretação da abordagem, bem como suas possíveis variações.

Desse modo, constrói-se um indicador claro e objetivo: “torna-se o indicador específico, claro e passível de ser indicado de maneira quantitativa” (JANUZZI, 2017, p. 25). Na última etapa, e não menos importante, obtém-se a formação de um sistema de indicadores, cuja finalidade é “traduzir em termos tangíveis, o conceito abstrato inicialmente idealizado”. (JANUZZI, 2017, p. 26).

A figura 2 apresenta a trajetória de criação de indicadores para o diagnóstico social:

Figura 2: Construção de indicadores para diagnóstico social



Fonte: Jannuzzi (2017)

Assim como os indicadores sociais buscam explicar os fenômenos que ocorrem na sociedade. Já os indicadores educacionais são utilizados para monitorar os avanços, os retrocessos e as alterações ocorridas no cenário escolar. Assim, eles também podem auxiliar nos processos de tomadas de decisões e de criação de novos processos de intervenção, como políticas públicas educacionais.

A sua utilização oportuniza a ampliação de análises com diferentes visões

sobre áreas distintas, contribuindo para a tradução de aspectos da realidade empírica. Entretanto, Namen, Borges e Sadala (2013, p. 678) mostraram que os indicadores educacionais “não são explorados em seu potencial, devido às dificuldades inerentes ao grande volume de dados envolvidos, que inviabilizam a capacidade humana de sua interpretação”.

Segundo Ribeiro e Gusmão (2010, p. 825), “os indicadores são avaliados pela comunidade escolar, por meio de discussões coletivas de perguntas que dizem respeito a situações, atitudes e práticas que ocorrem ou não na escola”. Busca-se, dessa forma, compreender a realidade empírica, seja ela favorável ou não ao desenvolvimento da qualidade oferecida na unidade escolar e, por sua vez, traçar estratégias de intervenção, baseadas em indicadores consistentes.

Bauer (2017) ressalta a relevância dos indicadores como auxiliares nos processos de acompanhamento da educação:

Um sistema de monitoramento calçado em indicadores adequados permite a tomada de decisão “bem informada”, no tempo requerido. Para isso, é fundamental que as informações obtidas sejam relevantes, válidas, consistentes e de fácil compreensão àqueles que serão seus usuários, atendendo às necessidades específicas dos diversos atores envolvidos nas ações/instituições (BAUER, 2017, p. 76).

Ainda segundo o autor, esses indicadores “são entendidos como medidas simples ou compostas que propiciam um retrato sintético de uma realidade e a apreensão da evolução dessa realidade, em relação a um parâmetro pré-estabelecido” (BAUER, 2017, p. 72).

A seguir, os indicadores educacionais são explorados de forma mais profunda e detalhada, dada a sua relevância. Para tanto, utilizam-se conceitos, dados e exemplos de projetos já realizados.

## **2.2 Indicadores Educacionais em questão**

Na educação, os indicadores são utilizados, entre outras funções, para auxiliar na compreensão dos fenômenos ocorridos no cenário escolar, bem como para monitorar e acompanhar o processo da escola ou de um sistema de ensino. A

efetividade está diretamente ligada à sua criação, no sentido de que se deve ter clareza do fenômeno a ser analisado, delimitando bem as dimensões tratadas.

Em suma, eles têm sido utilizados com vistas a auxiliar a verificação dos avanços ou retrocessos, buscando melhorar a qualidade da educação. Para Ribeiro e Gusmão (2004, p. 6), “o conceito de qualidade é dinâmico e, deve ser reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação”.

Para propiciar o acesso e o uso dos indicadores, eles precisam ser de fácil compreensão, viabilizando o entendimento dos que atuam na escola, de forma que possam discuti-los e utilizá-los em seus processos reflexivos e, conseqüentemente, em toda a comunidade escolar.

Constituídos quantitativamente e qualitativamente, os indicadores sinalizam se os objetivos traçados para a educação estão sendo atingidos ou não. Nas palavras de Minayo (2009, p.85), “quando observados do ponto de vista quantitativo e qualitativo, os indicadores se referem aos aspectos tangíveis e intangíveis da realidade”.

A mesma autora sinaliza que os indicadores qualitativos são mais intangíveis, pois apresentam uma dimensão subjetiva relacionada ao que se expressa por meio da voz, sentimentos, pensamentos e práticas do sujeito. Nesse sentido, “o incremento da consciência social, da autoestima, de valores, de atitudes, de liderança, de protagonismo e cidadania” (MINAYO, 2009, p. 85) estão presentes nessa subjetividade.

Ainda de acordo com a pesquisadora, indicadores quantitativos são, um pouco mais, tangíveis, devido ao seu caráter de fácil observação “como renda, escolaridade, forma de organização e gestão, legislação, mecanismos de divulgação” (MINAYO, 2009, p. 85). Trata-se de medidas expressas em percentuais, retratando fatos empíricos da realidade social.

Auxiliados pelos indicadores qualitativos e quantitativos, gestores escolares e demais profissionais têm a possibilidade de enriquecer a interpretação da realidade, a fim de monitorá-la e tomar decisões mais assertivas, embasadas em dados concretos. Assim, os dados por eles gerados são capazes de informar e traduzir aspectos concretos que propiciam o monitoramento de ações como políticas

públicas, acompanhamento de unidades escolares ou até mesmo processos de implementação de novos projetos.

Segundo Bauer e Sousa (2015, p. 261),

O processo de definição de indicadores é complexo não só porque condensa a noção de qualidade que se está tomando como referência para avaliação, mas também por dificuldades de operacionalização, em particular, quando se trata de investigar objetos multifacetados, usualmente focalizados na pesquisa social, âmbito em que se inserem as iniciativas em educação.

Isso posto, vale ressaltar que os indicadores educacionais são utilizados em diversas frentes para avaliar a educação, por exemplo, a quantidade de alunos por turma, a evasão escolar, o desempenho discente, a distorção idade-série. Desse modo, busca-se, à luz desses dados, compreender tais fenômenos no ambiente escolar.

Existem vários projetos atrelados a esses indicadores. Por exemplo, o Projeto Indique que foi desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais o Ministério da Educação (MEC), o Ação Educativa e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Undp), em parceria com o Governo Federal. O desenvolvimento do projeto ocorreu a partir do:

instrumento consiste numa proposta metodológica de avaliação participativa e em um conjunto de indicadores por meio dos quais a comunidade analisa a situação de diferentes aspectos de sua realidade, identifica prioridades, estabelece planos de ação, implementa e monitora seus resultados (UNICEF, 2003).

Organizado em dimensões, esse grupo de indicadores é compreendido como “elementos fundamentais que devem ser considerados pela escola na reflexão sobre sua qualidade” (AÇÃO EDUCATIVA *et al.*, 2007, p.5).

A metodologia desenvolvida foi dividida em agrupamentos, quais sejam: ambiente educativo, prática pedagógica e avaliação, gestão democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais, ambiente físico e acesso e permanência dos alunos. Por meio desse projeto, a escola tem condições de estabelecer um olhar

mais crítico e traçar seus objetivos de intervenção na busca da melhoria da qualidade na educação, com base em um plano de ação fundamentado nas dimensões estabelecidas, a fim de que o monitoramento se dê de forma sistêmica e ordenada.

O quadro 2 sintetiza as dimensões abordadas e os seus respectivos indicadores:

Quadro 2: Projeto Indique: dimensões e seus indicadores

<b>Dimensões</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Objetivo</b>
Ambiente educativo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Amizade e solidariedade.</li> <li>2. Alegria, respeito ao outro.</li> <li>3. Combate à discriminação.</li> <li>4. Disciplina e respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes.</li> </ol>	Por meio desses indicadores, busca-se medir as relações humanas no espaço escolar.
Prática pedagógica e avaliação	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Projeto político pedagógico, que procura identificar se ele é definido e conhecido por todos.</li> <li>2. Planejamento e monitoramento (nesse caso, por parte dos professores e da equipe gestora).</li> <li>3. Contextualização, que valoriza o entorno da escola e os problemas da comunidade escolar.</li> <li>4. Prática pedagógica inclusiva.</li> <li>5. Formas variadas e transparentes de avaliação dos alunos.</li> <li>6. Monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem dos alunos.</li> </ol>	Esse grupo de indicadores pode conduzir a escola no desempenho de sua finalidade, ou seja, fazer com que o aluno aprenda com qualidade.
Gestão democrática	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A democratização das informações dentro da unidade escolar.</li> <li>2. A atuação dos conselhos escolares, a participação efetiva dos estudantes, pais, mães e comunidade em geral nos órgãos colegiados.</li> <li>3. A compreensão e o uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino.</li> </ol>	Por meio desses indicadores busca-se medir o nível de envolvimento e transparência nas relações com os pais e conselhos, bem como os usos das avaliações e indicadores.
Formação e condições de trabalho dos profissionais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rotatividade dos funcionários.</li> <li>2. Assiduidade.</li> <li>3. Adequação da relação do número de professores e o número de alunos.</li> <li>4. Número de horas-aulas ofertadas.</li> </ol>	Os indicadores aqui apresentados contribuem para compreensão de fenômenos como alta ou baixa rotatividade de profissionais e condições favoráveis ou não para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Ambiente físico escolar	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação do bom aproveitamento dos recursos existentes na escola.</li> <li>2.As boas condições de uso, conservação, organização.</li> <li>3.Beleza dos espaços coletivos.</li> </ol>	Esta dimensão busca avaliar nível do uso e conservação dos espaços que compõem a unidade escolar.
Acesso e permanência dos alunos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Quantidade de faltas.</li> <li>2.Evasão dos alunos.</li> <li>3.Níveis de ensino em idade adequada.</li> <li>4.Acesso e permanência dos alunos.</li> <li>5.Aprendizado de jovens com necessidades especiais</li> </ol>	Nesta dimensão, busca-se medir a distorção idade serie dos alunos e elementos para garantir a permanenciados jovens na escola.

Fonte: Elaboração da autora

As seis dimensões sistematizam os indicadores atribuídos a cada etapa do projeto, instrumentalizando o gestor para o desenvolvimento de um trabalho baseado em dados medidos de forma qualitativa e quantitativa e possibilitando a tomada de decisões e intervenções de modo mais assertivo. Outra fonte de informação sobre indicadores é disponibilizada pelo INEP, em que são sistematizados dados colhidos por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Censo Escolar da Educação Básica, da qual tratamos na sequência.

### 2.2.1 Indicadores educacionais no INEP

O INEP atua, entre outras questões, no desenvolvimento de indicadores. Nesse contexto, desenvolveu-se, em 2015, o “Painel Educacional”<sup>1</sup>, no qual se podem encontrar informações da esfera educacional de todo o país, contribuindo para o entendimento e monitoramento do cenário da educação brasileira.

A plataforma está dividida em Painel Educacional Estadual, que retrata o contexto das unidades da federação, e Painel Educacional Municipal, que retrata a realidade das escolas municipais. No portal do INEP (2020), lê-se que:

As informações são provenientes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Censo Escolar da Educação Básica, ambos realizados pelo INEP. O Painel Educacional disponibiliza os resultados das avaliações

<sup>1</sup>Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/painel-educacional>. Acesso em: 08 de agosto de 2021

aplicadas nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de dar acesso ao Painel Série Histórica, com informações sobre as médias e resultados por nível de proficiência das redes estaduais e municipais. (INEP, 2020).

Para uma melhor sistematização, os indicadores são classificados em três categorias: indicadores de trajetória, de contexto e de aprendizagem. Eles estão organizados de acordo com as redes de ensino municipal ou estadual. O Quadro 3 apresenta a relação dos indicadores classificados em cada segmento.

Quadro 3: Indicadores de Trajetória, Contexto e Aprendizagens

<b>Indicadores</b>	<b>Relação dos Indicadores</b>
<b>Trajetória</b>	Matrículas, média de estudantes por turma, estudantes incluídos, matrículas em tempo integral, taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade-série.
<b>Contexto</b>	Indicador de nível socioeconômico (somente a partir de outubro), indicador de complexidade da gestão escolar, indicador de esforço docente, indicador de adequação da formação docente, indicador de regularidade docente e índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
<b>Aprendizagem</b>	Participação de estudantes e escolas no Saeb e resultados obtidos nos testes de língua portuguesa e matemática.

Fonte: Elaboração da autora

Os indicadores de trajetória (matrículas, média de estudantes por turma, taxa de aprovação, reprovação e abandono etc.), com informações coletadas do Censo Escolar da Educação Básica, possibilitam a análise do percurso do aluno, entre outras questões. Já os de contexto apresentam informações circunstanciais (indicador de complexidade da gestão escolar, indicador de esforço docente, indicador de adequação da formação docente, entre outros). Por fim, os de aprendizagem mostram a participação dos jovens e das escolas no Saeb.

A título de exemplo, apresentam-se dois desses indicadores, a saber: “complexidade de gestão da escola” e “esforço docente”. Eles foram selecionados por terem uma ligação com os objetivos da presente pesquisa.

No Quadro 4, são mostrados o nome do indicador e o seu objetivo, com base nas notas técnicas encontradas no site do INEP.

Quadro 4: Indicadores Educacionais

<b>Nome</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Nota Técnica</b>
Complexidade de gestão da escola	Mensurar o nível de complexidade da gestão das escolas da educação brasileira.	BRASIL, 2014 Nº040/2014
Esforço docente	Mensurar o esforço empreendido pelos docentes da educação básica brasileira no exercício de sua profissão.	BRASIL, 2014

Fonte: Elaboração da autora

Ambos os indicadores têm uma norma técnica disponibilizada no site do INEP, que apresenta uma explicação, propiciando ao leitor uma compreensão clara da estrutura e objeto de cada indicador.

### **2.2.2 Indicador complexidade da gestão da escola**

Esse indicador tem uma metodologia que utiliza variáveis que buscam mensurar os níveis de complexidade. Os níveis são organizados em quatro variáveis: porte da escola; número de turnos de funcionamento; complexidade das etapas ofertadas pela escola e número de etapas/modalidades oferecidas.

Todas elas apresentam caráter ordinal, ou seja, quanto maior o nível, maior a complexidade. A primeira é quantificada pelo número de matrículas: quanto maior a quantidade de matrículas, maior o nível de complexidade. A segunda considera os segmentos atendidos na unidade escolar e varia de 1 a 7, atrelando-se ao número de modalidades contempladas. Já a terceira relaciona-se à idade mais elevada dos alunos, pois entende-se que quanto mais avançada, maior o número de aulas e, conseqüentemente, maior o número de docentes a serem gerenciados, mais

arranjos para a organização das grades curriculares são necessários. Segundo a nota técnica n. 040/2014,

Para isso as escolas foram classificadas nas seguintes categorias: escolas com oferta de matrículas até a educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental; até os anos finais do ensino fundamental; até o ensino médio ou a educação profissional; com oferta de EJA (independente da etapa). (BRASIL, 2014).

Por fim, a quarta e última variável mensura a quantidade de turnos em que a unidade escolar funciona, utilizando, como parâmetro, o horário de três turnos: “matutino (5:00h às 10:59h), vespertino (11:00h às 16:59h) ou noturno (17:00h às 4:59h)”. Entende-se, portanto, que quanto mais turnos, mais complexo o funcionamento da instituição.

Para medir a complexidade da gestão, utilizam-se níveis como parâmetros, conforme o quadro 5.

Quadro 5: Descrição dos níveis de complexidade da gestão

<b>Nível</b>	<b>Descrição</b>
<b>Nível 1</b>	Porte inferior a 50 matrículas, operando em único turno e etapa e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada.
<b>Nível 2</b>	Porte entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada.
<b>Nível 3</b>	Porte entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada.
<b>Nível 4</b>	Porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em 2 ou 3 turnos, com 2 ou 3 etapas, apresentando Ensino Médio/profissional ou a EJA como etapa mais elevada.
<b>Nível 5</b>	Porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em 3 turnos, com 2 ou 3 etapas, apresentando a EJA como etapa mais elevada.
<b>Nível 6</b>	Porte superior à 500 matrículas, operando em 3 turnos, com 4 ou mais etapas, apresentando a EJA como etapa mais elevada

Fonte: Brasil (2014).

A análise da complexidade da gestão pode ser classificada nos seis níveis apresentados no quadro 5, atrelado as quatro variáveis descritas anteriormente como porte da escola, quantidade de turnos, segmentos contemplados e etapa complexidade.

### 2.2.3 Indicador Esforço Docente

Esse indicador foi desenvolvido com o intuito de mensurar o esforço realizado pelo professor em seus processos de trabalho (BRASIL, 2014, p. 1). Ele apresenta uma metodologia que considera as seguintes variáveis relacionadas ao cotidiano docente: “(1) número de escolas em que atua; (2) número de turnos de trabalho; (3) número de alunos atendidos e (4) número de etapas nas quais leciona” (BRASIL, 2014, p. 1).

De acordo com a ficha técnica, o indicador em questão faz uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI), pois tem a capacidade de explicitar um dado indireto. (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000). Para realizar tal medição, utilizam-se níveis como parâmetros, conforme o quadro 6:

Quadro 6: Descrição dos níveis de esforço docente

<b>Nível</b>	<b>Descrição</b>
<b>Nível 1</b>	Docente que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola ou etapa.
<b>Nível 2</b>	Docente que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
<b>Nível 3</b>	Docente que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.
<b>Nível 4</b>	Docente que tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.
<b>Nível 5</b>	Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas ou três etapas.
<b>Nível 6</b>	Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

Fonte: Brasil (2014).

Nos primeiros dois níveis, encontra-se uma realidade mais aproximada do ideal, pois entende-se que esforços menores possibilitam ao professor uma atuação

com menos sobrecarga de trabalho. Nos níveis 3 e 4, observa-se um aumento nesse esforço por parte do docente, que já apresenta uma demanda alta na quantidade de alunos, inviabilizando atuar em apenas uma escola e em um segmento. Nos últimos dois níveis, observa-se um elevado nível de alunos, que conseqüentemente gera um elevado número de aulas, planejamento, diversidade de conteúdos pedagógicos, demanda de material para avaliação, acompanhamento, entre outros. Esses altos níveis indicam um grupo de docentes que podem chegar a lecionar em até três escolas e, possivelmente, em segmentos educacionais diferentes.

O Observatório de Educação do Grande ABC (OBEDUCGABC, 2019), em um de seus estudos sobre o esforço docente, indicou que a qualidade da educação está atrelada à qualidade do trabalho desenvolvido pelo docente. Desse modo, a sobrecarga de trabalho, que gera o aumento do esforço docente, pode comprometer o desempenho e a aprendizagens dos alunos.

#### **2.2.4A dificuldade de um indicador captar e retratar a realidade**

Um indicador muito conhecido e discutido no Brasil tem sido o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, resultado de estatísticas entre as taxas de aprovação e reprovação, fluxo, e desempenho escolar do estudante em testes padronizados, nos conteúdos de leitura e interpretação de textos e resolução de problemas.

Com esses dados, obtém-se matematicamente a nota do IDEB. O cálculo é feito com base nas notas das provas de língua portuguesa e matemática, padronizadas em uma escala de 0 a 10. Em seguida, a média dessas duas notas é multiplicada pela média (harmônica) das taxas de aprovação das séries da etapa (anos iniciais, anos finais e ensino médio), que, em percentual, varia de 0 a 100. O objetivo desse indicador é mensurar o desempenho das unidades escolares existentes em todo o território nacional.

Nesse sentido,

O IDEB agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será

alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. (INEP, 2015).

Os índices utilizados para compor o IDEB são considerados indicadores primários, que fornecem dados para a construção de um indicador sintético. Segundo Guimarães e Jannuzzi (2005), devido à relevância social, política e técnica, ele adquiriu autoridade e legitimidade na sociedade brasileira, uma vez que se propõe a quantificar uma questão multifacetada em um cenário complexo. Ravitch (2011) enfatiza em seus estudos que o foco na utilização do IDEB deve estar na melhoria da educação e não nos resultados medidos pelo indicador. Interpretar erroneamente a função do indicador, pode levar ao uso incorreto dos dados fornecidos.

Scander Neto, Jannuzzi e Silva (2008) consideram que um indicador sintético como o IDEB, que é uma medida-síntese, apresenta limitações. Soares e Xavier (2013, p. 909) apontam algumas delas, indicando que:

[...] as proficiências padronizadas de Matemática são, em geral, maiores do que as de Leitura. Como consequência, a proficiência média, usada na construção do IDEB, é mais influenciada pela proficiência em Matemática. Em outras palavras, o indicador de aprendizado do IDEB assume, equivocadamente, que os alunos brasileiros de ensino fundamental sabem mais Matemática do que Leitura. (INEP, 2015).

De fato, pode-se dizer que um indicador sintético, por si só, não é capaz de traduzir completamente a realidade de forma empírica, pois ela é multifacetada e complexa. Por isso, o IDEB tem sido alvo de várias críticas. Por exemplo, Alves e Soares (2013) apontaram que o indicador é um indutor de políticas públicas e não leva em consideração fatores como o nível socioeconômico da clientela, a relação de alunos discriminados por raça e gênero, o tamanho e a complexidade da escola, as condições de infraestrutura, entre outras questões.

Todavia, devido sua à alta visibilidade e legitimidade, pode-se incorrer na aceitação desse valor numérico como verdade absoluta, o que provoca a desconsideração dos diversos fatores que compõem o cenário da educação. Para Werle, Koetz e Martin (2015, p.103),

[...] justamente por esta divulgação, corre-se o risco de aceitar o valor numérico IDEB como “a verdadeira e única representação da qualidade da escola”, sem analisar o contexto e condições escolares das diferentes

realidades que ele representa. Decorre daí a importância da discussão de indicadores no âmbito escolar. Retomar os valores do IDEB, articulá-los com os dados de observação da realidade escolar que os professores dispõem, considerando os planos de estudo dos docentes das diferentes áreas de estudo e o desempenho de cada aluno, analisá-los em sessões de estudo, propicia a atribuição de um sentido mais pleno às condições escolares e à busca de melhoria da qualidade da aprendizagem.

Garofalo (2020) considera que apenas com um indicador não se consegue captar, traduzir ou mensurar completamente uma realidade complexa como a educacional. É necessário considerar outros fatores e indicadores, bem como os dados que compõem o cenário que se busca compreender.

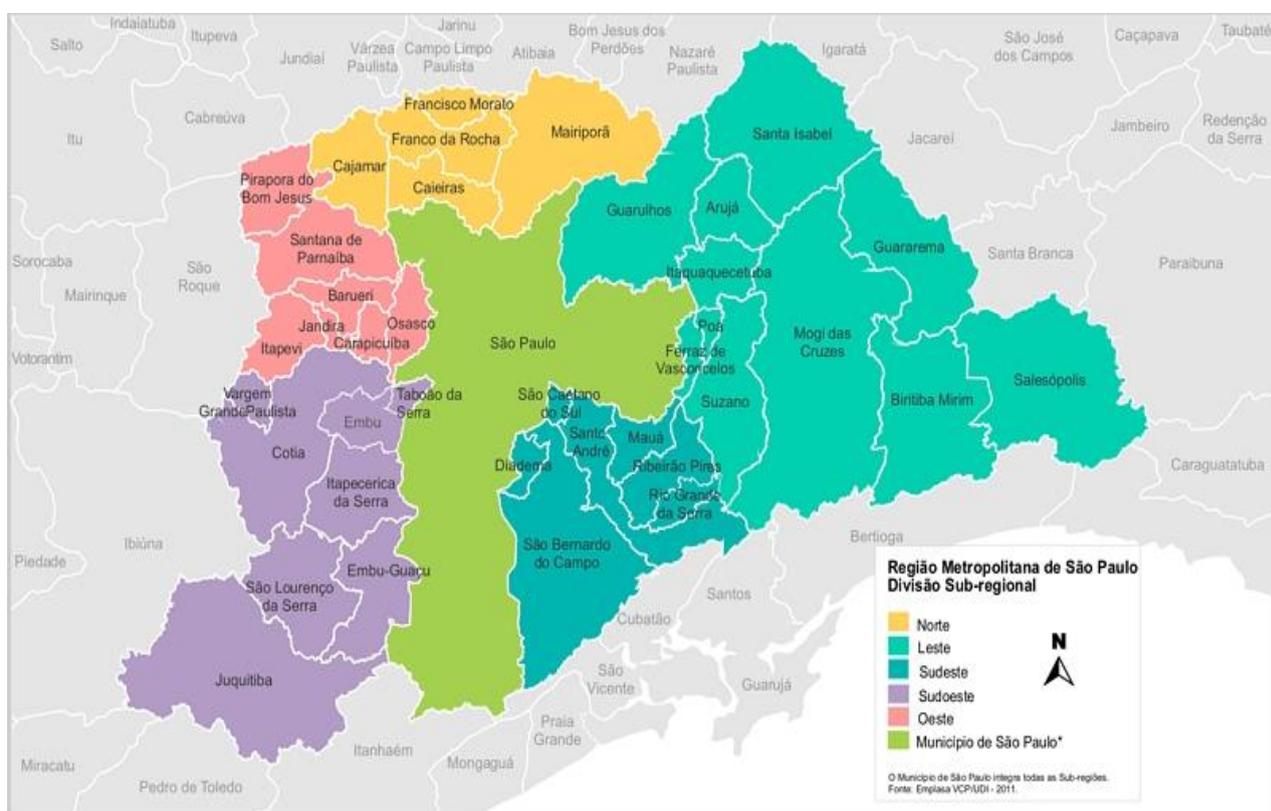
Apesar de o IDEB revelar certa atenção com a qualidade, pois busca mensurar os conhecimentos dos alunos em leitura, interpretação e resolução de problemas, o fenômeno vai muito além e requer a presença de outros elementos de ordem qualitativa. Nesse sentido, é muito simplista tentar entender o fenômeno da qualidade somente a partir de um indicador e, neste sentido, outros indicadores como, por exemplo, o custo-aluno qualidade são necessários (OLIVEIRA, 2011), para verificação do direito à educação de qualidade.

Além disso, para ampliar a compreensão sobre a qualidade escolar, outros aspectos mais sensíveis precisam ser considerados. Elementos atrelados, por exemplo, à formação e ao trabalho dos professores, à adequação da formação e ao esforço docente, assim como à complexidade da escola devem ser também analisados.

### 3 O CONTEXTO DA PESQUISA: GRANDE ABC PAULISTA E O MUNICÍPIO DE DIADEMA

Diadema localiza-se no Grande ABC Paulista, que é formado por sete municípios – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – e faz parte da região metropolitana de São Paulo. Na figura a seguir, é possível visualizar a região:

Figura 3: Localização da Região Metropolitana de São Paulo – Divisão Sub-regional – contando a região do Grande ABC Paulista, mencionada neste mapa como região Sudeste



Fonte: Emplasa<sup>2</sup>, 2019

A figura mostra a região metropolitana com seus 39 municípios. Na região Sudeste, pode-se ver a cidade de Santo André. Sua origem remonta ao ano de 1553, com a fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo, na capitania de São Paulo, região do Grande ABC Paulista, que contou com o apoio do bandeirante

<sup>2</sup>Disponível em: <https://emplasa.sp.gov.br>. Acesso em: 11 de março de 2021.

português João Ramalho. Já os municípios de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul surgiram com o apoio dos padres beneditinos.

A partir de 1945, deu-se o processo de expansão do município de São Bernardo do Campo. Em 1949, São Caetano do Sul separou-se de Santo André e, em 1953, foi a vez de Diadema e Ribeirão Pires alcançarem sua independência. Em 1954, Mauá passou pelo mesmo movimento. Por fim, e não menos relevante, em 1964, Rio Grande da Serra emancipou-se de Ribeirão Pires.

O processo de ascensão da região ocorreu no século XIX, incentivado pela criação da ferrovia Santos-Jundiaí, instalada pela companhia inglesa São Paulo Railway. A rota traçada englobava Santo André, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Mauá, voltando para as cidades de Santo André e de São Caetano do Sul. O café foi um dos produtos que possibilitaram os avanços e o desenvolvimento comercial, devido à sua grande comercialização.

A partir de 1950, houve um salto no desenvolvimento da região com a chegada de grandes empresas de diversos setores, como da indústria automobilística, mecânica, química, metalúrgica e de fabricação de autopeças. Tais fatos provocaram um êxodo em direção à região do grande ABC Paulista, devido à necessidade mão de obra especializada. Os trabalhadores traziam consigo a vivência de serem remunerados e de usufruírem dos direitos trabalhistas. Esse cenário propiciou o início das organizações sindicais, conhecidas até hoje na região.

Outra particularidade do Grande ABC Paulista, segundo o OBEDUCGABC (2019), é o fato de ele ser apontado como o quarto polo econômico do Brasil, com um PIB elevado, perdendo apenas para a capital São Paulo.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) dos municípios do Grande ABC Paulista

Município	IDH-M - Valor Absoluto (2010)	IDH-M - Posição do Município no Estado de São Paulo (2010)	IPRS – (2010)
São Caetano do Sul	0.862	1º	Grupo 1
Santo André	0.815	7º	Grupo 1
São Bernardo do Campo	0.805	14º	Grupo 1
Ribeirão	0.784	55º	Grupo 1

<b>Pires</b>			
<b>Mauá</b>	0.766	131 <sup>o</sup>	Grupo 2
<b>Diadema</b>	0.757	182 <sup>o</sup>	Grupo 2
<b>Rio Grande da Serra</b>	0.749	236 <sup>o</sup>	Grupo 4

#### **Descrição dos grupos**

Grupo 1 – Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Grupo 2 – Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.

Grupo 3 – Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais.

Grupo 4 – Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade.

Grupo 5 – Municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019

Na tabela 1, observa-se que quatro dos sete municípios – São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo e Ribeirão Pires – se encontram no Grupo 1, ou seja, “Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores”. Já Mauá e Diadema enquadram-se no Grupo 2, isto é, “Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais”. Por fim, Rio Grande da Serra situa-se no Grupo 4, de “Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade”.

A tabela 2 apresenta a caracterização desse território:

Tabela 2: Caracterização do território do Grande ABC Paulista

<b>Município</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>População em 2010 (Número de Habitantes)</b>	<b>Densidade demográfica (Habitantes por km<sup>2</sup>)</b>	<b>PIB Per capita (R\$)</b>	<b>Posição referente ao PIB no Brasil</b>
<b>Diadema</b>	32,17	386.089	11.999,97	31.865,08	67 <sup>o</sup>
<b>Mauá</b>	61,83	417.064	6.748,84	30.509,00	62 <sup>o</sup>
<b>Ribeirão Pires</b>	99,98	113.068	1.130,66	24.947,07	282 <sup>o</sup>

<b>Rio Grande da Serra</b>	36,39	43.974	1.211,43	11.831,25	1152º
<b>Santo André</b>	175,24	676.407	3.845,66	36.249,85	27º
<b>S. B.do Campo</b>	407,47	765.463	1.877,94	51.239,64	16º
<b>S. C. do Sul</b>	15,46	149.263	9.674,71	83.656,30	66º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2019).

Sobre caracterização do território do Grande ABC Paulista, pode-se verificar que Diadema tem uma área pequena (32,17 Km<sup>2</sup>), com população de quase 400 mil pessoas e um PIB de mais de 30 milhões.

O Grande ABC está localizado estrategicamente entre o Porto de Santos e a capital do estado de São Paulo. Trata-se de uma região privilegiada pelo acesso a rodovias como a Imigrantes, Anchieta e o Rodoanel, bem como pela completa rede ferroviária, que propicia fácil locomoção para outras cidades.

Os altos índices referentes à qualidade de vida são fatores que têm atraído novos munícipes para usufruir de uma infraestrutura no que diz respeito a farmácias, academias, hipermercados, padarias, agências bancárias, *shoppings*, parques, instituições de ensino, hospitais e outros tantos serviços. Todavia, salienta-se que a região ainda tem alta desigualdade social, de acordo com dados do Obeducgabc (2019).

No contexto do Grande ABC, Diadema faz fronteira com São Bernardo do Campo e a capital São Paulo. A cidade que hoje se apresenta é fruto de um processo de urbanização intenso, veloz e desordenado. É necessário apreender o processo histórico, o cenário político e econômico que gerou uma cidade com esse tipo de perfil.

Após a década de 1950, com o processo de emancipação de Diadema e, concomitantemente, com o declínio nos eixos ferroviários de escoamento, a inauguração da via Anchieta, em 1947, foi decisiva para instalação de pequenas e médias empresas nacionais no município. Elas produziam objetos complementares

para a indústria multinacional instalada em São Bernardo do Campo. Tal processo resultou no crescimento significativo em ambos os municípios na década de 1960.

O ritmo das mudanças que transformaram a paisagem de Diadema a partir dos anos 1960 pode ser compreendido em virtude da estruturação do espaço e do relacionamento entre a indústria e a urbanização (DIADEMA, 1999, p.15).

O processo veloz de migração provocado pela chegada das indústrias provocou transformações urbanas intensas na “configuração da cidade fragmentária e caótica, seguiu a lógica da produção e circulação de produtos” (DIADEMA,1999, p.15).Vale salientar que, nessa formação, se seguiu a mentalidade de priorizar a circulação de mercadorias. Por isso, a economia foi colocada em primeiro plano, e a qualidade de vida e o bem-estar social, em segundo.

Segundo o Centro de Memórias da Cidade, tal constatação foi fundamental para se repensar o formato da cidade. Esse processo, por sua vez, “ao gerar interesses conflitantes e tensões sociais, fez com que homens e mulheres se propusessem a buscar novos caminhos”. (DIADEMA, 1999 p. 21), a fim de colocar as pessoas em primeiro lugar.

### 3.1 O município de Diadema e a Educação

Atualmente,Diadema dispõe de um Sistema Municipal de Ensino com 61 escolas diretas e 28 conveniadas, atendendo aos segmentos da Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental, Anos Iniciais, e Educação de Jovens e Adultos. A tabela 3 sintetiza dados da capacidade de atendimento da educação:

Tabela 3: Capacidade de atendimento 2020

<b>Creche Conveniada</b>	<b>Creche Direta</b>	<b>Ed. Infantil Parcial (4 e 5 anos)</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ed. de Jovens e Adultos</b>
4.446	3.219	9.685	13.005	2.879
<b>Total 33.234</b>				

Fonte: Dados internos SEMED

Na tabela 4, é possível verificar os atendimentos realizados no ano de 2020 no município em questão:

Tabela 4: Atendimentos 2020

<b>Creche Conveniada</b>	<b>Creche Direta</b>	<b>Ed. Infantil Parcial (4 e 5 anos)</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ed. de Jovens e Adultos</b>
4.427	3.212	9.357	1.234	2.224
<b>Total 31.544</b>				

Fonte: elaboração da autora com base nos dados internos SEMED.

No ano de 2020, as creches conveniadas atenderam perto de 5 mil alunos. A Educação Infantil, quase 10 mil crianças, e a EJA, mais de dois mil adultos. Esse sistema de ensino está organizado dentro das quatro regiões – Sul, Centro, Norte e Leste – que compõem o município.

O Quadro 7 mostra as unidades escolares diretas da Educação Infantil – creches:

Quadro 7: Unidades escolares diretas da Educação Infantil – creche

<b>Região</b>		<b>EMEB</b>
SUL	1	Albino Freitas
	2	Carolina Maria de Jesus
	3	Eremita
	4	Hercília
	5	Irmã Dulce
	6	Tarsila do Amaral
CENTRO	7	Marcia Maria
NORTE	8	Machado de Assis
	9	Lázara S. Pacheco
	10	Manoel Fiel
	11	Herbert

	12	Perseu
	13	Eva Maria
LESTE	14	Devanir
	15	Zélia Gatai
	16	José da Silva
	17	Mario Quintana
	18	Terezinha Ferreira
	19	José Rodrigues

Fonte: Elaboração da autora.

Como se vê, são 19 creches diretas do Sistema de Educação de Diadema. O Quadro 8 apresenta as unidades escolares do Ensino Fundamental I:

Quadro 8: Unidades escolares da Educação Fundamental I

Região		EMEB
SUL	1	Annete
	2	Átila
	3	Fabíola
	4	Florestan
	5	José Martins
	6	Letícia B. Pessa
	7	Mário Santalúcia
	8	Reinaldo José (Piró)
CENTRO	9	Anita Malfatti
	10	Jorge Ferreira
	11	Marieta
	12	Olga Benário
	13	Trivinho
NORTE	14	Jorge Amado
LESTE	15	Cândido Portinari

	16	Freitas Nobre
	17	José Rodrigues Pinto
	18	Quintanilha
	19	Sagrado Coração
	20	Teotonio
	21	Zilda Gomes

Fonte: Elaboração da autora.

Os dados mostram que 21 escolas atendem ao Ensino Fundamental na cidade de Diadema. Na sequência, o quadro 9 registra as escolas de Educação Infantil (pré-escola):

Quadro 9: Unidade escolares diretas da Educação Infantil – pré-escola

<b>Região</b>		<b>EMEB</b>
SUL	1	Carolina Maria de Jesus
	2	Chico Mendes
	3	Elza Freire
	4	Irmã Dulce
	5	Florestan
	6	Hercília
	7	Letícia B. Pessa
	8	Novo Eldorado
	9	Tiradentes
CENTRO	10	Cecília Meirelles
	11	Evandro CaiafaEsquível
	12	Heitor Villa-lobos
	13	Jorge Ferreira
	14	Monteiro Lobato

	15	Paulo Freire
NORTE	16	Creuza Pinho
	17	Henfil
	18	Luiz Gonzaga
	19	Rachel de Queiroz
	20	Santo Dias
	21	Tom Jobim
LESTE	22	Aurélio Buarque
	23	Cândido Portinari
	24	Carlos Drummond
	25	Humberto
	26	Jardim Marilene
	27	José Rodrigues Pinto
	28	Teotônio
	29	Vinicius de Moraes

Fonte: Elaboração da autora.

Para atender às crianças de 4 e 5 anos, existem quase 30 unidades escolares. O quadro 10 mostra as escolas de Educação de Jovens e Adultos:

Quadro 10: Unidades escolares Educação de Jovens e Adultos

Região		EMEB
SUL	1	Átila
	2	José Martins
	3	Mário Santalúcia
	4	Letícia B. Pessa
CENTRO	5	Anita Malfatti
	6	Cora Coralina
	7	Olga Benário
NORTE	8	Luiz Gonzaga
	9	Rachel de Queiroz

	10	Santo Dias
	11	Tom Jobim
LESTE	12	Cândido Portinari
	13	Freitas Nobre
	14	Quintanilha
	15	Zilda Gomes

Fonte: Elaboração da autora.

Como se vê, Diadema tem 15 escolas que atendem aos alunos da EJA. Cada uma tem suas características próprias, mas todas buscam propiciar aos jovens e adultos possibilidades de estudo.

Outro dado relevante para a caracterização do contexto dessa cidade se atrela ao IDEB, que foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. A tabela 5 sintetiza essas informações:

Tabela 5: IDEB Escolas Públicas do município de Diadema 2013-2019

	2013	2015	2017
<b>Anos Iniciais</b>	5,9 Meta 5,8	6,5 Meta 6,0	5,9 Meta 5,8
<b>Anos Finais</b>	4,5 Meta 4,7	4,5 Meta 5,1	5,1 Meta 5,3

Fonte: Elaboração da autora.

De acordo com os dados do IDEB, no município de Diadema, pode-se observar a superação das metas estabelecidas pelo INEP nos Anos Iniciais, com um processo de evolução gradual e contínua. Segundo o Instituto, objetiva-se que a meta seja superada antes do prazo proposto.

Outro ponto relevante para a caracterização da cidade é o índice de escolaridade dos munícipes, ou seja, o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a maioridade. Salienta-se que esse dado está atrelado aos benefícios à população,

pois relaciona-se com a qualidade de vida, o autocuidado com a saúde e a segurança, bem como a prevenção de acidentes. Em Diadema, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2019, o índice de escolaridade é de 9,59 anos.

Em abril de 2016, foi aprovado o Plano Municipal de Educação, por meio da lei n. 3584, para o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 11, da LDBEN/96 e no art. 8º da Lei Federal nº 13.005. No entanto, vale destacar que Diadema foi o último município da região do Grande ABC Paulista a aprovar seu PME. Na ocasião, o secretário da pasta atribuiu a demora a questões jurídicas.

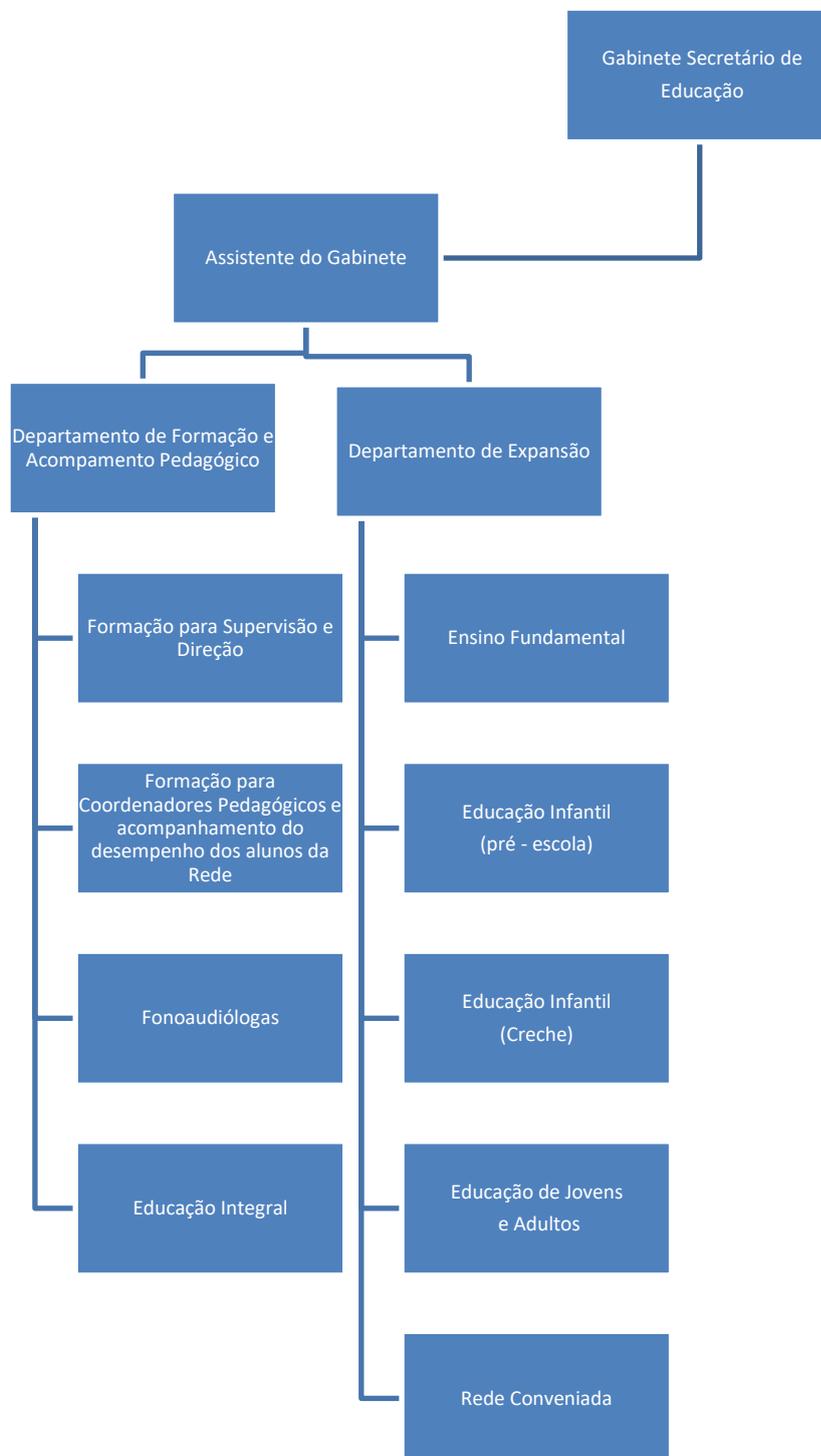
A licitação foi aberta pela Secretaria de Educação para contratar uma empresa especializada para a formulação do PME, não obteve sucesso. Nenhuma empresa interessada conseguiu atingir os critérios do edital, o que dificultou e atrasou o processo. A cidade realizou plenárias e discussões, no entanto, o governo optou por não delegar a elaboração da redação do PME aos servidores públicos. As metas que representavam os maiores desafios para a cidade, no período da construção do PME foram: Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME; Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos e buscar 107 continuidade de expansão no atendimento também da população fora desta faixa etária, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de formação dos profissionais, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (OBDUCGABC, 2016).

Na sua aprovação, o Plano Municipal de Educação estava sob a gestão Lauro Michels Sobrinho, e à frente da Secretaria da Educação Municipal estava Marcos Michels.

Acerca dessa Secretaria, vale ressaltar que se trata de um órgão central na administração municipal. Ela é constituída por vários profissionais de formações diversas e têm diversos setores, tais como o departamento jurídico, administrativo, financeiro, de alimentação, de assistência social, os conselhos municipais, os recursos humanos, a educação integral, as chefias de segmentos por modalidades de ensino, as redes conveniadas, entre outros.

Na figura 4, mostra-se o Sistema Organizacional da Secretaria de Educação do Município de Diadema, em que se localiza o Departamento de Formação e Acompanhamento Pedagógico. Nele, concentra-se o grupo aqui estudado.

Figura 4: Sistema Organizacional da Secretaria de Educação do Município de Diadema



Fonte: Elaboração da autora.

O Departamento de formação e acompanhamento pedagógico apresenta uma constituição multidisciplinar, o que enriquece o desempenho do trabalho desenvolvido. Assim, os profissionais que participaram desta pesquisa atuam no departamento responsável pelo desenvolvimento de projetos relacionados à formação continuada de toda a rede de ensino e que, ao mesmo tempo, promove acompanhamento pedagógico dos alunos, entre outras atividades.

A escolha desse grupo atrela-se ao fato de que os dados fornecidos pelos indicadores oferecem subsídios diretos para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e indicações dos fenômenos empíricos que ocorrem nas unidades escolares. Conseqüentemente, eles atingem a gestão escolar, cuja formação fica a cargo do departamento em questão, que se subdivide nos seguintes setores:

- Educação Integral, com o projeto “Cidade na Escola”;
- Formação dos gestores: diretores, vice-diretores e supervisores;
- Formação dos gestores: coordenadores pedagógicos;
- Formação de professores;
- Formação de fonoaudiólogas.

Esses setores funcionam como uma engrenagem. Embora os objetivos específicos sejam diferentes, todos trabalham entre si desenvolvendo projetos focados em seu público-alvo. As reuniões de formação com os coordenadores pedagógicos, por exemplo, têm demandas específicas e, por essa razão, são necessários técnicos especialistas com olhar pedagógico sobre as questões, que atendam aos profissionais que atuam nas unidades escolares junto aos professores e alunos. Já os técnicos especialistas que atuam com os diretores, vice-diretores e supervisores têm função mais direcionada a aspectos burocráticos, ligados à administração e à legislação, buscando organizar a rede com suas normativas e resoluções, bem como assegurando o cumprimento das leis que regem a educação em todo território nacional.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pode-se justificar a produção de uma pesquisa sob diversas perspectivas. Gil (2007, p.17), as classifica como “razões de ordem intelectual e razões de ordem prática”. As primeiras estão ligadas à satisfação própria do pesquisador; já as segundas são atreladas ao objetivo de compreender o processo e desempenhá-lo de forma eficaz.

A pesquisa acadêmica se desenvolve sobre bases científicas, que podem ser consideradas básicas ou aplicadas. Com relação às básicas, elas relacionam-se ao desenvolvimento e construção de novos saberes; no que concerne às aplicadas, essas pesquisas consistem na resolução de problemas relacionados à hipótese apresentada na pesquisa, entre outras questões.

No que tange ao problema, há duas abordagens: a quantitativa e a qualitativa. A primeira, como o nome sugere, quantifica, mensura a partir de dados estatísticos e números. Já a segunda tem uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, [...] um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA, 2005, p. 21).

A pesquisa ainda se caracteriza por seu objetivo, que pode ser exploratório, descritivo ou explicativo, conforme indica Gil (2007). Na pesquisa exploratória, busca-se explicar o problema, tornando claro e “pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2007, p.41). Na pesquisa descritiva, tem-se, como escopo, “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2007, p.40); nessa abordagem, descrever para analisar é fundamental.

Por fim, a pesquisa explicativa busca mergulhar na realidade social apontada no problema, proporcionando um processo de questionamentos sobre a questão indicada (GIL, 2007, p.40). Mais especificamente,

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. (GIL, 2007, p.42)

Na presente pesquisa, o objetivo geral consiste em analisar como os técnicos especialistas em educação, que atuam na Secretaria de Educação do município de Diadema, compreendem e utilizam os indicadores educacionais.

Quanto aos objetivos específicos, foram analisadas: a) a compreensão de técnicos especialistas que atuam na Secretaria de Educação do município de Diadema sobre os indicadores educacionais, b) as formas de utilização de indicadores educacionais pelos técnicos especialistas que atuam na Secretaria de Educação do município de Diadema. Foi ainda elaborado um curso sobre indicadores educacionais para técnicos especialistas.

Trata-se, portanto, de um estudo descritivo e exploratório, baseado na pesquisa qualitativa. Para Minayo (2001, p. 21-22), ela é usada a fim de responder a questões particulares, investigando um universo envolto de “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Esse tipo de abordagem tem características que se opõem a um único modelo de pesquisa nas ciências. Partindo dessa premissa, busca-se, entre outras questões, descrever, compreender e explicar fenômenos. De acordo com Chizzotti (2003, p. 221), ela “implica uma partilha com pessoas, fatos e locais”, retirados dos significados que “são perceptíveis ao autor que interpreta e traduz em um texto”.

No presente estudo, utiliza-se, no âmbito da abordagem qualitativa, a pesquisa colaborativa com reuniões reflexivas. Com isso, buscou-se fazer com que os sujeitos da pesquisa atuem de forma participativa a fim de que os objetivos sejam atingidos. Segundo Chizzotti (2003, p.222),

Diferentes tradições de pesquisa invocam o título qualitativo, partilhando o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas.

Para Ibiapina (2008), na pesquisa colaborativa, alguns pontos são relevantes e devem ser considerados na utilização dessa metodologia:

[...] a sensibilização dos colaboradores, a negociação dos espaços e tempos, o diagnóstico das necessidades formativas e dos conhecimentos prévios, as sessões de estudo intercaladas pelos ciclos de reflexão interpessoal e intrapessoal de análises das práticas docentes (IBIAPINA, p. 38).

Uma das vantagens dessa abordagem é seu caráter formativo e, ao mesmo tempo, investigativo. Por meio da colaboração, os dados são coletados, e os sujeitos, formados. Entretanto, ao propor reuniões na interface colaborativa entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, é necessário ter clareza do aporte teórico que embasa tanto as reuniões reflexivas (formação), quanto o desvelamento da realidade empírica na qual se situam as questões (investigação), conforme aponta Ibiapina (2008, p.18):

[...] o processo reflexivo exige mergulho tanto no conhecimento teórico quanto no mundo da experiência, para que se possa desvelar a que interesses servem as ações sociais e como elas reproduzem práticas ideológicas, isto é, a reflexão oferece mais poder para os professores (re)construírem o contexto social em que estão inseridos, proporcionando condições para que esses profissionais compreendam que, para mudar a teoria educacional, a política e a prática, é necessário mudar a própria forma de pensar e agir.

Ademais, Horikawa (2008) sinaliza que pesquisador e pesquisados devem atuar de forma conjunta, favorecendo uma aproximação que gera relações entre a teoria e prática. Para a autora,

[...] uma dinâmica em que o pesquisador lança questões acerca da ação do professor, ajudando-o a realizar as conexões entre os objetivos pretendidos, a ação realizada e teorias que podem esclarecê-la. Nesse caso, é importante que o professor estabeleça uma interlocução em que, ao professor, seja permitido expor suas convicções, fundamentá-las, confrontá-las e reorganizá-las (HORIKAWA, 2008, p. 26).

Ressalta-se que esta pesquisa contou com duas fases, articuladas em torno dos objetivos, geral e específicos. Embora cada etapa tenha suas particularidades, ambas se complementaram.

#### 4.1 Fases da pesquisa

Na primeira fase do presente trabalho, organizou-se um questionário do tipo qualitativo, a fim de coletar os dados do perfil dos participantes. De acordo com Jansen (2012), por meio desse instrumento, é possível estudar a diversidade de um assunto em dada população. Já segundo Fink (2003), trata-se de uma ferramenta de coleta de dados usada na exploração de significados e experiências.

O questionário qualitativo para coletar os dados do perfil dos participantes (Apêndice A) foi criado pelo Google Forms. As informações coletadas encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 11: Questionário qualitativo para coletar os dados do perfil dos participantes

I. Informações pessoais	Sexo
	Idade
	Residência
	Estado civil
	Filhos
II. Informações Acadêmicas	Graduação
	Tempo de formação
	Tipo de instituição em que realizou a formação
	Forma de realização da formação
	Pós-graduação
	Modalidade da pós-graduação: <i>lato sensu/stricto sensu</i>
III. Informações de Carreira	Experiência na carreira
	Tempo de atuação na carreira
	Tempo de atuação na Secretaria de educação

Fonte: Elaboração da autora.

Essas informações foram analisadas e dispostas em tabelas e gráficos, com vistas a facilitar a compreensão do perfil dos profissionais que participaram do presente estudo.

#### **4.2 Segunda fase: as sessões reflexivas**

Na segunda fase, utilizaram-se as indicações de Ibiapina (2008), que considera as reuniões reflexivas como uma relação colaborativa, baseada em quatro pilares:

- (1) descrição: a atuação dos sujeitos da pesquisa;
- (2) informação: o significado das ações;
- (3) confronto: a clareza do processo “como se esta e porque ficou assim”;
- (4) reconstrução, o planejamento de nova rota.

O processo de discussão nas reuniões reflexivas ocorre de forma intencional e estruturada. Parte-se do problema apresentado para refletir sobre o cotidiano do ambiente questionado, bem como as práticas ali desenvolvida. No caso deste estudo, o foco são as práticas de técnicos especialistas, desenvolvidas na Secretaria de Educação do Município de Diadema (SEMED), relacionadas à compreensão e aos usos dos indicadores educacionais no trabalho desenvolvido.

Como já se mencionou, a estrutura organizacional da SEMED divide-se em dois grandes grupos chamados “Departamento de Formação e Acompanhamento Pedagógico” e “Departamento de Expansão”. A presente pesquisa foi realizada com um grupo de especialistas que atuam tanto no Departamento de Formação e Acompanhamento Pedagógico e no Departamento de Expansão.

A fim de coletar os dados, na primeira sessão reflexiva, buscou-se realizar uma análise da compreensão e da utilização dos indicadores educacionais pela equipe de técnicos especialistas que trabalham na Secretaria de Educação. Mais especificamente, foram convidados 09 especialistas, que atuavam em setores distintos: 01(um) na área tecnológica, junto ao Departamento de Expansão; 01(uma) coordenadora da Educação Integral; 02(dois) formadores da Educação Musical; 03 (três) fonoaudiólogas atuantes no setor de formação e acompanhamento pedagógico da rede; e 02 (dois) especialistas que atuam junto aos coordenadores pedagógicos da rede.

Desse modo, acredita-se que, investigando o tema dos indicadores junto a uma equipe multidisciplinar, com profissionais de várias áreas, pode-se ter uma visão mais ampla sobre o fenômeno investigado. O quadro 12 descreve a primeira sessão reflexiva:

Quadro 12: Sessões reflexivas

<b>Sessões reflexivas</b>			
<b>Sessão</b>	<b>Tema</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Observações</b>
<b>Primeira sessão</b>	-Apresentação do tema da pesquisa;  -Questionamentos sobre a compreensão e os usos dos Indicadores Educacionais.  Montagem de um conjunto de <i>slides</i> para fazer a introdução e mostrar os objetivos do estudo.	- Analisar como os técnicos especialistas, atuantes na Secretaria de Educação do município de Diadema, compreendemos indicadores educacionais;  - Analisar como os técnicos especialistas, atuantes na Secretaria de Educação do município de Diadema, utilizam os indicadores educacionais.	- Devido à pandemia de covid-19, as reuniões foram realizadas on-line, por meio de uma plataforma de reunião.

Fonte: Elaboração da autora.

Na segunda sessão reflexiva, apresentou-se uma definição teórica sobre os indicadores e forneceram-se alguns exemplos de seus usos na gestão pública. O quadro 13 mostra a segunda sessão:

Quadro 13: Sessões reflexivas

<b>Sessões reflexivas</b>			
<b>Sessão</b>	<b>Tema</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Observações</b>
<b>Segunda Sessão</b>	-Retomada dos objetivos da	- Analisar como os técnicos especialistas, atuantes na Secretaria de	- Devido à pandemia de covid-19, as

	<p>pesquisa;</p> <p>-Finalização da discussão sobre os usos e compreensão dos indicadores educacionais pelos técnicos especialistas;</p> <p>- Apresentação da definição dos indicadores educacionais e seus usos na gestão pública, à luz da teoria.</p>	<p>Educação do município de Diadema, compreendem os indicadores educacionais;</p> <p>- Analisar como os técnicos especialistas, atuantes na Secretaria de Educação do município de Diadema, utilizam os indicadores educacionais;</p> <p>-Compartilhar a definição dos indicadores educacionais e seus usos na gestão pública, à luz da teoria.</p>	<p>reuniões foram realizadas on-line, por meio de uma plataforma de reunião.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração da autora.

A partir destas duas sessões realizadas, dados foram coletados e, na sequência, examinados com base na análise de conteúdos (BARDIN, 1977). Com isso, tencionava-se verificar as formas de compreensão e de utilização dos indicadores educacionais para realizar a gestão da educação municipal.

### 4.3 Análise de Dados

Para a análise dos dados, a partir do questionário qualitativo e das reuniões críticas reflexivas, utilizaram-se, como referência, as indicações da análise de conteúdo sob a ótica de Bardin (1977) e Franco (2012). Para Franco (2012, p. 21), o início desse tipo de análise está na mensagem, seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou provocada.

De fato, a mensagem sempre apresenta um significado e um sentido. Nesse contexto, é necessário levar em consideração a relação entre a emissão dessa mensagem, as condições contextuais, as expressões verbais e o objetivo do discurso (FRANCO, 2012, p. 21-22). Ainda para a autora, toda análise de conteúdo se refere à realização de comparações contextuais, realizadas intencionalmente. Assim, produzem-se inferências e interpretações.

Ademais, a análise de conteúdo está assentada em alguns campos. No campo da linguística, ela é voltada para os métodos lógicos e estéticos. Buscam-se, portanto, os aspectos formais no texto e os efeitos de sentido.

No campo da hermenêutica, os métodos são voltados à semântica e dividem-se em psicológico-semânticos e lógico-semântico-estruturais (FRANCO, 2012, p. 35-36). Nesse caso, encontram-se as interpretações de valores semânticos dos conteúdos.

De acordo com Franco (2012, p. 37),

[...] esses métodos (os lógico-semânticos) concentram semelhanças comuns em relação àqueles que os precedem: inventários, desdobramentos, caracterização, codificação, pesquisa de eventuais correlações, mas sempre e ao mesmo tempo a partir da compreensão do sentido. Sentido das palavras, sentido expresso nas palavras, imagem e símbolos, sentido das percepções e analogias das mensagens (base de todos os reagrupamentos e classificações) e sentido das hierarquias dos sentidos, o que implica diagnosticar diferentes valores das mensagens e das ideias em uma hierarquia que vai do particular até o mais geral (FRANCO, 2012, p. 37).

A presente pesquisa focaliza os métodos lógico-semânticos. Franco (2012, p. 39) indica que, nesse processo, é essencial ter um plano de pesquisa muito bem delineado, mostrando as categorias de conteúdo e unidades de registro utilizadas e indicando quais delas serão comparadas e de quais classes de inferência os dados serão extraídos.

Ainda conforme a autora, devem-se também definir unidades de análise, divididas em unidades de registro e de contexto. Nas unidades de registro, levam-se em consideração as menores partes do conteúdo, que podem ser de diferentes tipos, desde que associadas ao objetivo do estudo. Entre as unidades de registro, tem-se a palavra (menor unidade de registro), o tema (considerada a mais útil), o

personagem (pessoas passíveis de classificação) e o item (unidade utilizada em texto, artigo literário, livro etc.).

No caso das unidades de contexto, elas são “pano de fundo que imprime significado às unidades de análise” (FRANCO, 2012, p. 49), caracterizando a parte mais ampla do conteúdo avaliado. Aqui é preciso que a análise e interpretação dos textos sejam decodificadas, a fim de tornar visível a diferenciação entre significado e sentido.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, inicialmente, caracteriza-se o perfil dos participantes da pesquisa. Em seguida, apresentam-se a descrição das sessões reflexivas realizadas, bem como os aspectos identificados nos apontamentos e depoimentos dos indivíduos ao longo do processo de pesquisa. Ao mesmo tempo, busca-se, à luz da teoria, levantar hipóteses acerca do que motivou os apontamentos realizados.

### 5.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Os sujeitos deste estudo foram convidados pessoalmente a participar da pesquisa. Após uma resposta positiva, todos receberam um convite eletrônico para ingressar em uma reunião on-line, na plataforma Google Meet. Como já dito, foram 09 (nove) os participantes, que trabalhavam na Secretaria de Educação do município de Diadema. Desse total, 01 (uma) pessoa era do sexo masculino e 8 (oito) eram do sexo feminino. Isso se verifica na tabela a seguir, que comprova a predominância de mulheres no estudo:

Tabela 6: Sexo dos participantes do estudo

<b>Sexo dos participantes do estudo</b>	
Feminino	08
Masculino	01

Fonte: Elaboração da autora.

Na próxima tabela, apresenta-se a faixa etária dos especialistas que participaram deste estudo:

Tabela 7: Faixa etária dos participantes

<b>Faixa etária dos participantes</b>	
Até 36 anos	02
De 36 a 39 anos	06
De 40 a 45 anos	01

Fonte: Elaboração da autora.

Como se pode notar, a maioria dos participantes tinha entre 36 e 39 anos, à época da pesquisa, e apenas 02 se encontravam na faixa de até 36 anos. A tabela 8 registra os dados da moradia dos participantes:

Tabela 8: Moradia dos participantes

<b>Moradia dos participantes</b>	
Diadema	03
São Bernardo do Campo	06

Fonte: Elaboração da autora – 2021.

Observa-se que a maioria dos participantes residia, à época da pesquisa, em São Bernardo do Campo, e apenas 03 (três) moravam em Diadema. Quanto à formação inicial, a tabela 9 sintetiza os dados:

Tabela 9: Formação inicial dos participantes

<b>Formação inicial dos participantes</b>	
Licenciatura plena em Pedagogia	04
Fonoaudiologia	03
Biologia	01
Administração de Empresas	01

Fonte: Elaboração da autora – 2021.

Nota-se que a maioria dos especialistas – 04 (quatro) participantes – tinha formação em Pedagogia (licenciatura plena). Ademais, havia 03(três) profissionais com formação em Fonoaudiologia, 01(um) com formação em Administração de empresas e 01(uma) com formação em Biologia. No que concerne à pós-graduação, os dados são os seguintes:

Tabela 10: Pós-graduação dos participantes

<b>Pós-graduação dos participantes</b>	
Lato Sensu	07
Mestrado	02

Fonte: Elaboração da autora.

Acerca da pós-graduação, na Tabela 10, observa-se que 07 (sete) participantes cursaram pós-graduação na modalidade *lato-sensu*. De modo geral, todas eram relacionadas à área da educação. Além disso, havia, entre os gestores, 02 (dois) que prosseguiram os estudos na modalidade *stricto sensu*, ou seja, tinham mestrado, também em Educação.

No que se refere ao tempo de atuação na rede de ensino do município de Diadema, a tabela 11 sintetiza os dados:

Tabela 11: Tempo de atuação na rede de ensino de Diadema

<b>Tempo de atuação na rede de ensino de Diadema</b>	
De 06 a 10 anos	01
De 11 a 15 anos	02
De 16 a 20 anos	04
De 21 a 25 anos	02

Fonte: Elaboração da autora – 2021.

Verifica-se que o maior grupo atuava entre 16 a 20 anos. Ademais, 02 (dois) profissionais tinham mais de 21 anos de experiência na rede.

Sobre o cargo ou função desenvolvidos, obtiveram-se os seguintes dados, apresentados na próxima tabela: 03 (três) fonoaudiólogas que desenvolvem formações para os profissionais atuantes na rede e colaboram em diversos núcleos formativos; 01 (um) coordenador de tecnologia que realiza o gerenciamento das redes, como a SED (Secretaria de Ensino Digital).

Tabela 12: Cargo desenvolvido na Secretaria de Educação

<b>Cargo desenvolvido na secretaria de educação</b>	
Fonoaudióloga	03
Coordenador de tecnologia	01
Coordenador Pedagógico	03
Coordenador Educação Integral	01
Coordenador Musicalização	01

Fonte: Elaboração da autora.

Em síntese, o perfil dos entrevistados consiste em técnicos, na maioria do sexo feminino, com idade média de 38 anos, cuja maioria reside na cidade de São Bernardo do Campo, vizinha ao contexto de pesquisa. Todos eram formados em Pedagogia, exceto os profissionais da área da saúde. A maioria cursou pós-graduação na área da Educação, na modalidade *latu-sensu*. Ademais, 22% tinham mestrado, igualmente na área da Educação. Em relação à experiência profissional, todos possuíam no mínimo 6 (seis) anos na rede de ensino de Diadema. Isso pode evidenciar um considerável conhecimento prático-teórico sobre a educação e sobre o contexto sociopolítico do município.

## **5.2 As compreensões e os usos dos indicadores educacionais**

Ao analisar os dados provenientes dos técnicos especialistas que atuavam na educação da cidade de Diadema, foram realizadas algumas distinções em virtude das especificidades das informações encontradas. Nesse sentido, agruparam-se as informações em dois cenários. No primeiro, estão os dados relacionados diretamente ao campo educacional; no segundo, os que tratavam dos indicadores de forma mais geral. Tal distinção possibilitou o detalhamento dos dados, enriquecendo as hipóteses e o aprofundamento das discussões acerca dos indicadores, em geral, e dos educacionais, em particular.

### **5.2.1. Primeiro cenário**

Na primeira reunião, após as boas-vindas e os agradecimentos em relação à disponibilidade de participar da pesquisa colaborativa, a pesquisadora se apresentou e, em seguida, mostrou os objetivos do estudo e a metodologia a ser utilizada. Com isso, procurou-se gerar um ambiente acolhedor e propiciar a “fala livre”.

Essa primeira sessão possibilitou inúmeras reflexões dos participantes e da pesquisadora. De fato, a pesquisa colaborativa possibilita o aprofundamento nas questões pesquisadas, a partir das discussões informais que permitem o detalhamento dos temas.

Logo no início, no depoimento do Técnico 4, percebeu-se o reconhecimento da necessidade da utilização de indicadores educacionais pela unidade escolar e pelo órgão central, a Secretaria de Educação. Segundo esse profissional, quando

[...] estava na gestão, nós sentimos a necessidade de indicar no conselho os alunos que eram da educação integral, para monitorar os mesmos, esse programa era adesão para estudantes com vulnerabilidades de aprendizagem. Porque era necessário perceber que esses dados que não tinham no conselho. Nós também organizamos um instrumento dentro do próprio registro do conselho.

Nesse relato, o técnico 4 salienta a necessidade de mapeamento e monitoramento dos alunos em situação de vulnerabilidade. Isso mostra a importância do acompanhamento não só do desempenho discente, mas também do contexto econômico e social. Vale destacar que nos parece que o grupo o qual este profissional pertence não tem muito conhecimento sobre os indicadores. Dito isso, nota-se que, de forma intuitiva, eles organizaram um instrumento para realizar o monitoramento dos jovens na escola. De acordo com Werle, Koetz e Martins (2015), trata-se de uma opção interessante nesse tipo de contexto, ou seja, os próprios profissionais atuarem juntos para a criação de indicadores educacionais.

Os autores acima citados indicam que é possível não só utilizar indicadores para a compreensão e a intervenção na realidade, mas também criar esses instrumentos para o trabalho nas unidades escolares. Com isso, o trabalho realizado pelos professores no cotidiano da unidade pode ser revelado à comunidade.

De fato, o sistema de ensino e a escola poderiam, além de aproveitar e utilizar os indicadores externos, criados pelas autoridades, criar os seus próprios, a fim de gerir a educação e a escola. Embora seja ponto pacífico que os indicadores não conseguem dar conta de tudo, é impossível revelar uma parte da qualidade escolar sem o uso deles.

Outro profissional, o Técnico 1, também fez referências aos indicadores, em geral, e sobre o IDEB, em particular:

Então o que a gente entende sobre o IDEB seria quando a gente pega o resultado e você acaba refletindo quais são as necessidades que entende sobre a escola, o que está em defasagem, e ele, o IDEB deveria ter como plano de ação, o que nós poderemos fazer para alcançar essa lacuna, que tem nos dividido desse resultado.

Nota-se a preocupação com a análise dos resultados e com a elaboração de um plano de ação, o que se revela importante, pois como indicaram Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), esse indicador pode possibilitar, entre outras questões, o acompanhamento e a organização de algumas práticas pedagógicas nas escolas.

Ainda para o Técnico 1, o IDEB não pode ser o resultado por si mesmo, sem nenhum tipo de discussão ou plano de ação. Mais especificamente,

[...] o resultado pelo resultado e sim quais os investimentos necessários que a gente tem que fazer para atingir o que ficou faltando e não para ranquear. Eu entendo que nesse sentido que a gente usa os indicadores, (...) e conseguir fazer um investimento para melhorar a qualidade do ensino.

Inicialmente, destaca-se que, na visão deste participante, é necessário realizar investimentos, com base nos resultados do IDEB. No entanto, ele não menciona de que tipo seriam tais investimentos. Paralelamente, ele indicou que é necessário olhar para os dados, “mas não para ranquear”.

De fato, os resultados do IDEB podem auxiliar as escolas de diferentes formas, na organização do ensino, por exemplo, (ALAVARSE; CHAPPAZ; FREITAS, 2021), porém sem ranquear, ou seja, classificar as escolas. Com efeito, o ranqueamento de escolas tem sido alvo de inúmeras críticas no Brasil (ASSIS; AMARAL, 2013; GARCIA *et al*, 2018; entre tantos outros). Em geral, esses *rankings* têm sido criados pela mídia e, em particular, pelos próprios sistemas de ensino. Trata-se de um processo que acaba induzindo a competição entre as escolas e as redes de ensino. Nesse contexto, elas buscam mais a melhoria dos resultados, para ganhar certa visibilidade, do que a qualidade do ensino.

Na busca de melhores resultados no IDEB, ou em outros indicadores, sistemas de ensino e escolas têm utilizado várias estratégias para garantir boas notas, pois uma boa avaliação pode garantir aos profissionais um bônus em seus salários. Além disso, a unidade pode ser mais reconhecida tanto por sua comunidade quanto pela Secretaria ou Departamento de Educação.

No entanto, os indicadores, em geral, e as avaliações externas, em particular, que possibilitam a criação de tais *rankings*, acabam gerando um cenário de cobranças e de pressões sobre os gestores, sobretudo, para que eles possam assegurar e melhorar os resultados escolares.

Em algumas situações, como indicado por Garcia *et al.* (2016), no contexto do Grande ABC Paulista, os indicadores, algumas vezes, e as avaliações, em outras, têm introduzido novas atividades nas demandas do trabalho de professores e de gestores escolares. Em outras palavras, tem-se observado que esses profissionais vêm desenvolvendo estratégias para melhorar as notas nesses indicadores, sobretudo no IDEB. Tais atividades estão atreladas à busca de mais investimentos financeiros para os profissionais que atuam nas disciplinas de Português e Matemática; a centralidade de maior tempo para a preparação do aluno para as provas externas e, até mesmo, o surgimento de algumas formas de “trapaça”, como, por exemplo, não permitir que alunos com baixos resultados façam os exames.

De fato, Ravitch (2011), ao sustentar que o foco deve estar na melhoria da educação e não dos resultados, indica que, quando os profissionais se sentem pressionados a realizar melhorias nos resultados escolares, eles podem até mesmo manipular situações. Desse modo, os ganhos podem não significar nada.

Por fim, destaca-se, no depoimento do Técnico 1, que ele detém algum conhecimento sobre o indicador. Todavia, registra-se que ainda é algo superficial. Suas revelações nos parecem muito intuitivas. Não se trata, portanto, de um saber mais sólido sobre o tema, o que é indispensável para o profissional que atua no órgão central, responsável por orientar e direcionar as unidades escolares sobre o modo de utilizar e analisar os resultados do IDEB, bem como por desenvolver estratégias de intervenção para a melhoria do ensino oferecido.

Outro participante, o Técnico 2, ao se referir aos indicadores, manifestou-se da seguinte maneira:

Então, sobre Indicadores nacionais né, tem no SARESP também, tem o INEP, é o que a gente está sempre olhando né, eu lembro quando dava aula, até hoje no estado, a gente esquece um pouco do SARESP, comparando né as escolas e isso acontece nas escolas, e isso os Indicadores digamos assim, você também pergunta sobre os indicadores municipais de educação?

Esse profissional claramente não distingue um indicador das avaliações externas em larga-escala. Isso se torna ainda mais evidente quando ele questiona a pesquisadora na mesma sessão reflexiva: “o SAEB entra como indicador também?”, ao que ela responde: “SAEB é o sistema de avaliação”, que congrega várias avaliações em larga escala, entre outras questões.

Garcia e Brito (2021), em estudo sobre o uso do IDEB, analisando dados de um grupo de especialistas atuantes em algumas Secretarias de Educação, de vários municípios da região metropolitana de São Paulo, indicaram que existia certa “confusão” entre o que era denominado de indicador e o que era uma avaliação em larga-escala. Nesse sentido, o Técnico 2 cometeu outro equívoco, além do mencionado anteriormente. No caso, ele inseriu, na mesma categoria, o SARESP, que é o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (fornece indicadores de extrema relevância para subsidiar o monitoramento da educação), e o INEP, o órgão responsável, além de outras questões, pela criação das avaliações em padronizadas. Isso revela certa inconsistência nos conhecimentos relacionados aos indicadores, entre outros.

Esses equívocos, sobretudo relacionados aos indicadores e às avaliações, talvez possam ser justificados por alguns fatores. Um deles seria a proximidade entre as avaliações e os indicadores, uma vez que algumas delas fornecem dados para a criação de indicadores, como é o caso do IDEB. Outra razão seria a própria mídia que, em muitos casos, não realiza nenhum tipo de distinção entre eles.

Em estudo recente, Garcia e Brito (2021) mostram que, de fato, muitos especialistas em educação equivocaram-se em relação aos conceitos de avaliação externa ou em larga-escala e de indicadores. Em outras palavras, tratam o tema indistintamente, até mesmo como sinônimo, em algumas ocasiões. Na presente pesquisa, alguns participantes referiram-se ao SARESP e ao IDESP, em determinados momentos, como indicadores e, em outros, como um tipo de avaliação. Todavia, para os autores, a hipótese mais plausível para tal “confusão” relaciona-se à falta de formação dos profissionais em relação à avaliação educacional, em geral, e às externas, em particular, incluindo os indicadores educacionais.

De acordo com França e Junqueira (2017), muitos professores e gestores desconhecem os indicadores. Contudo, esses pesquisadores salientam que a formação sobre o tema é fundamental para a ampliação das possibilidades de melhoria na educação.

Garofalo (2020) se posiciona de modo semelhante. A seu ver, os profissionais de educação carecem de formação inicial e continuada em relação aos indicadores educacionais, o que ocasiona desde o desconhecimento e o não uso dos indicadores, até a resistência pautada em incoerências sobre o tema.

No que tange às avaliações, podemos dizer que, igualmente, que há falta de formação. Verifica-se, por exemplo, a discreta presença de conteúdos relacionados às avaliações – tanto de aprendizagem quanto externas –, nos currículos dos cursos de Pedagogia de universidades públicas e privadas. Para ilustrar tal fato o estudo de Silva *et al* (2016) é determinante. Os autores pesquisaram 971 instituições brasileiras de ensino superior e detectaram que, em apenas 65 delas, nos cursos de Pedagogia presenciais, públicos e privados, os conteúdos de avaliação da educação em larga escala eram ensinados.

Conforme indicou Freitas (2019, p. 76), “apesar de encontrarmos evidências, na análise documental nacional e internacional, de que a avaliação é parte importante da atuação profissional do professor, este aspecto do ofício docente parece não ser tratado explicitamente em cursos de formação no Brasil.” Este fato é denominado de “paradoxo docente” por Alvarase (2013). Em outras palavras, trata-se de uma falta de formação específica do professor para se constituir como um avaliador, seja:

[...] nas avaliações internas, cujos sujeitos são os docentes, em contraposição às avaliações externas, cujo sujeito passa a ser alguma instância governamental, muitas vezes personificada na figura de um ministro ou dos secretários de educação, o lugar de avaliador profissional é realçado. (FREITAS, 2019, p. 76).

Vale ressaltar que um estudo do Observatório de Educação, na região do Grande ABC, realizado em 2016, mostrou que professores tinham poucos conhecimentos sobre as avaliações externas e sobre os indicadores, além de certa resistência em relação aos temas. Esta questão da resistência necessita ser relativizada. O estudo mostrou que os docentes apresentavam menor resistência e

eram mais favoráveis quando o resultado de sua escola era positivo, porém, quando a instituição tinha dados não tão favoráveis as resistências apareciam.

O mesmo estudo mostrou que, em contrapartida, os diretores tinham um conhecimento um pouco mais elaborado, mas também superficial. Isso impossibilitava uma compreensão sólida, tampouco favorecia o estabelecimento de críticas. Sem conhecimentos sobre os indicadores, a gestão da qualidade pode ficar comprometida.

Desse modo, destaca-se que, tal como se percebeu nos encontros reflexivos, os profissionais atuantes Secretarias de Educação desconheciam alguns indicadores, bem como suas implicações para a educação. Entretanto esperava-se que o grupo demonstrasse conhecimentos mais sólidos acerca dos indicadores e das avaliações externas. Isso porque praticamente a metade se constituía de pedagogos, com certa experiência na educação e atuante em um órgão responsável pelo desenvolvimento de estratégias de melhoria na educação.

Alves e Araujo (2017) no estudo intitulado como “Informação estratégica: indicadores educacionais e os órgãos de fomento”, também constataram em sua pesquisa que as equipes escolares necessitavam de maior conhecimento sobre a compreensão e captação dos dados fornecidos pelos indicadores educacionais, para assim expandir as suas ações vinculadas às agências de financiamento da educação pública e gerar melhoria necessárias na educação atual.

Ademais, percebeu-se que a maioria dos participantes verbalizou algum tipo de informação sobre o IDEB: foi comum ouvir sobre esse indicador nas sessões reflexivas, ainda que de forma muito superficial. Em outras palavras, tais sinalizações podem revelar que, em algum momento de suas carreiras, esses profissionais tiveram certo tipo de contato com o indicador em questão. Todavia, não foi mencionado nada sobre outros indicadores de trajetória (matrículas, média de estudantes por turma, estudantes incluídos, matrículas em tempo integral, taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade-série), de contexto (indicador de nível socioeconômico – a partir de outubro –, indicador de complexidade da gestão escolar, indicador de esforço docente, indicador de adequação da formação docente, indicador de regularidade docente) e de

aprendizagem (INEP, 2019). Tal desconhecimento é preocupante, uma vez que a gestão da qualidade tem sido realizada com base em apenas um indicador.

Desse modo, o IDEB era o indicador que fornecia, na fala dos entrevistados, as maiores referências para a gestão da qualidade do sistema de ensino. De fato, Garofalo (2020), sinaliza que o IDEB tem grande destaque nas Secretarias de Educação da região do Grande ABC e, para a autora, existe:

[...] a necessidade de se realizar a gestão de educação das cidades a partir de outros indicadores e, neste contexto, tirar a centralidade do IDEB. A análise e a utilização de outros indicadores educacionais possibilitam compreender novas dimensões, identificar situações que carecem de mudanças e de aperfeiçoamento e, ao mesmo, fornece subsídios para a elaboração de novas políticas educacionais.

Em seu estudo, a autora é enfática ao apontar a necessidade da utilização de outros indicadores educacionais para o entendimento de outras dimensões da educação e para a criação de novas políticas educacionais.

No estudo de Garcia e Brito (2021), o IDEB era, de fato, o indicador mais conhecido e utilizado pelos participantes. Para os autores, a utilização desses resultados permite, entre outras questões, a organização do trabalho escolar, entre outras questões. Porém, o indicador não pode ser utilizado como elemento único para a gestão municipal. Ademais, os pesquisadores afirmam que adotar somente esse indicador para realizar a gestão da qualidade das escolas é desconsiderar e mascarar, entre outras, a dura realidade vivida pelos professores.

Por isso, o IDEB acabou criando uma percepção de qualidade limitada que integra duas dimensões: fluxo e aprendizagem,

[...] de tal forma que a qualidade concebida pelo indicador, a médio e a longo prazos, só se concretiza se essas dimensões apresentarem magnitudes crescentes com cada unidade sendo, no limite comparável a ela mesma. (ALAVARSE; CHAPPAZ; FREITAS, 2021, p. 256).

De fato, além de não dar conta da discussão sobre a qualidade da educação escolar, o IDEB intensificou as pressões sobre as escolas e os professores. Em que pese o potencial de seus resultados para organizar o trabalho escolar, “é inegável que esses resultados não podem ser considerados os únicos indícios para tal iniciativa”, como indicaram Alavarse, Chappaz e Freitas (2021, p. 256).

Ainda segundo os mesmos autores, o IDEB materializa:

[...] um tipo de preocupação com a qualidade, articulando proficiência e taxas de aprovação. É possível, assim, dizer que o índice contempla dimensões importantes para a qualidade da educação brasileira, mas não é suficiente para atestá-la, sendo compulsório, até por sua própria complexidade, exigir o incremento também de outros fatores, instrumentos e medidas.

Por essa razão, avaliar a qualidade escolar utilizando apenas esse indicador é uma atitude reducionista, que não permite compreender elementos importantes, como a infraestrutura escolar, por exemplo. Além de poder causar maiores polêmicas e discussões. Diante disso, são necessários a compreensão e o uso de outros indicadores, a fim de se averiguar o cumprimento do direito à educação de qualidade para todos (OLIVEIRA, 2011).

Nesse sentido, Oliveira (2011) indica que outros indicadores, como os de insumos e custo aluno-qualidade, também deveriam enriquecer a interpretação da qualidade escolar. Todavia, “ignorar o IDEB como se não indicasse nada seria uma posição simétrica de, pela negação absoluta, desprover equipes escolares de indicadores relevantes.” (ALAVARSE; CHAPPAZ; FREITAS, 2021, p. 257). Portanto, o indicador é útil por permitir o monitoramento de redes de ensino e de escolas, podendo subsidiar políticas educacionais, apesar de suas limitações, o IDEB é relevante para a discussão da qualidade da educação, embora não devendo ser o único.

Em suma, o uso de dados, sejam eles provenientes do IDEB ou de avaliações externas e internas, pode levar os especialistas e os gestores que atuam nas escolas a uma posição crítica em relação aos temas, afastando-os da condição de consumidores de informações. Isso é de grande valia, uma vez que esses profissionais têm papel relevante na melhoria da qualidade da educação.

### **5.2.2. Segundo Cenário**

Nos dados analisados, destaca-se o técnico 5, cuja formação inicial difere da

maior parte do grupo. Ao descrever suas experiências, é perceptível como sua formação na área administrativa e tecnológica interfere em sua subjetividade e na sua relação com o trabalho desenvolvido com dados, planilhas e indicadores.

Em seu primeiro depoimento, ele já introduz à discussão um indicador utilizado na gestão pública municipal em todo território nacional:

Quando a gente trabalha, quando fala de indicador o que eu consigo pensar muito por exemplo, todo ano a gente elabora o IGM, e o IGM é um indicador que vai dizer se a gente vai ter, se a gente vai ter que contribuir para nota do IDEB, então a gente faz todo o trabalho de compilação dos dados da formação, da expansão, da alimentação, de todos os setores para a gente ter resultado que enquanto tribunal de contas ele vem conferir, entendeu? E esse indicador ele vai dizer se a gente está indo bem, onde errou e onde pode melhorar.

O profissional refere-se ao Índice de Governança Municipal como um indicador que colabora inclusive com o IDEB. Para ele, o IGM traz informações importantes para a melhoria dos serviços prestados. Ademais, o Técnico 5 considera que o indicador influencia:

[...] na alimentação escolar, ele vai lá e pergunta se a gente oferece alimentação escolar, eles vão lá e perguntam se a alimentação é preparada dentro da escola ou não, para cada resposta positiva ele vai te dar um número um valor, há foi entregue o uniforme escolar, eles perguntam se pegou o uniforme da escola antes do início das aulas aí a pontuação do município pra essa questão é uma pontuação, vou usar um exemplo, ele usou a nota do município 1, se eu entreguei esse uniforme depois que começou as aulas, a pontuação é 0,5. Se entreguei o uniforme em 9 de março a pontuação é tanto, aí sei lá depois de maio a pontuação é 0, ou seja, não pontuei nesse ranking, então a gente lida muito com esse indicador.

As opiniões do participante sobre o IGM são, em alguns momentos, amplas e, em outros, mais específicas e detalhadas. Isso pode nos mostrar um certo conhecimento sobre o indicador e suas implicações, por exemplo, na merenda e no uniforme escolar.

Vale ressaltar que o IGM foi lançado em 2016, com o objetivo de instrumentalizar gestores públicos a compreender, com base em dados sólidos e na realidade empírica, quais as possibilidades de melhoria de desenvolvimento em seu

município. Para tanto, ele se fundamenta em dois pilares: o da cobertura, que tem por objetivo abranger o máximo de municípios, e o da periodicidade, que visa a obter o maior período analisado.

Esse indicador foi construído com mais de 650.000 linhas de dados por meio da manipulação de mais de dez bases diferentes<sup>3</sup>. Nesse processo metodológico, desenvolveram-se 7 bases diferentes: seleção dos indicadores, extração de dados, definição de grupos, definição das metas, verificação de *outliers*, cálculo da nota e dos indicadores, dimensões e nota geral.

No que tange à seleção dos indicadores, ela se deu por meio de “análise estatística e consulta bibliográfica”. Assim, definiram-se quais indicadores fariam parte do índice e suas variações. Na extração de dados, utilizaram-se dados fornecidos por bases secundárias, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, após o tratamento dessas informações, estabeleceu-se a relação entre diversas tabelas. Na definição dos grupos, consideraram-se duas variáveis: população e Produto Interno Bruto per capita. O quadro 14 ilustra os agrupamentos:

Quadro 14: Organização dos grupamentos

	Habitantes	PIB per capita
Grupo 1	até 20.000	Até R\$15.600
Grupo 2	até 20.000	Acima de R\$15.600
Grupo 3	De 20.000 até 50.000	Até R\$15.463,00
Grupo 4	De 20.000 até 50.000	Acima R\$15.463,00
Grupo 5	De 50.000 até 100.000	Até R\$21.650,00
Grupo 6	De 50.000 até 100.000	Acima R\$21.650,00
Grupo 7	Acima de 100.000	Até R\$28.636,00
Grupo 8	Acima de 100.000	Acima R\$28.636,00

Elaboração da autora a partir de Dados retirados do site IGM/CFA<sup>4</sup>

<sup>3</sup>(igm.cfa.org.br).

<sup>4</sup>Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/metodologia>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

A construção do IGM se dá em bases oficiais como fonte de informações, com o objetivo de facilitar os processos de participação dos municípios. Desse modo, a gestão pública fornece os dados de forma correta, para que não seja prejudicado zerando o índice por falta de informação. Outra vantagem do índice é a promoção da transparência dos dados públicos.

Diante do relato do técnico 5, com sua experiência na construção do IGM, percebe-se uma compreensão ampla sobre o indicador e o modo de construí-lo, bem como de utilizá-lo.

Por fim, salienta-se a participação de 03 (três) profissionais, fonoaudiólogos, que trabalham há mais de 20 anos na educação. Inicialmente, a atuação destes profissionais limitava-se à escola que atendia a estudantes surdos e mudos. Atualmente, o trabalho se desenvolve na Secretaria de Educação, junto ao departamento de formação e acompanhamento pedagógico.

Com relação aos indicadores, o Técnico 3 verbalizou:

Eu conheço como indicadores, só os de saúde por ter estudado, associados muitos aos dias de vida perdido, conhecimento da qualidade infantil, qualidade materna, expectativa de vida, essa outra coisa, que são indicadores que você acaba usando para defender também qual o nível de desenvolvimento de um país, onde a mortalidade infantil é considerada um país em desenvolvimento, onde também tem um alta mortalidade materna, que seria aquela mortalidade onde acontece no puerpério após 40 dias do nascimento, também é considerado como um país em desenvolvimento, o país que você tem alta potencialização de vida perdido, onde muitos jovens morrem em acidentes até mesmo na violência, são indicadores considerados um país em desenvolvimento. São indicadores de outras áreas, mas que servem para gente pensar onde está o município e o estado em relação ao que você espera, e isso vai refletir no índice de desenvolvimento humano.

Nesse depoimento, é perceptível certo conhecimento dos indicadores relacionados à sua área de formação, no caso a saúde. Na descrição, o participante relata como esses dados auxiliam a sua prática, e como podem contribuir para a mensuração de dados no país.

Januzzi 2002, classifica esses indicadores apontados pelo técnico 3, como “ indicador –produto”, visando medir as dimensões empíricas sociais:

Os indicadores-produto (outcome ou output indicators) são aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos, como

a esperança devida ao nascer, proporção de crianças fora da escola ou nível de pobreza. São medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas.(p.60)

Além disso, nota-se um “olhar” positivo sobre o uso dos indicadores, na qualidade de instrumentos facilitadores para a realização de seu trabalho e na busca de compreender seu espaço de atuação. Desse modo, esses dados são utilizados a fim de desenvolver ações visando a melhorar o bem-estar da sociedade.

Em mais um diálogo entre a pesquisadora e o Técnico 3, registrou-se:

**Pesquisadora:** Perfeito, e me fala uma coisa, na sua prática enquanto você é uma profissional da saúde, mas que atua na área da educação, você consegue falar de uma situação que você fez uso dos indicadores de saúde e conseguiu relacionar com indicador educacional, que influenciou na sua prática?

**Técnico 3:** Na verdade quando a gente pensa, porque assim, apesar de desempenhar essa função a muito tempo, esse nosso casamento com o pessoal da educação é uma coisa recente, nessa configuração que a gente está, quando tratávamos de casos de surdos, o uso dos indicadores são muito importantes inclusive para você justificar a vacinação em massa da rubéola, então por exemplo quando você mostrava que você tinha universo em Diadema, 70% dos alunos do Olga Benário eram surdos por conta da rubéola materna, a gente mostrava que se você tivesse a vacinação em massa para as mulheres em idade de engravidar, você reduziria isso, e isso afetava até por exemplo a existência de uma escola especial, você tinha escola especial pois você tinha muitos surdos, entende o que quero dizer?

Nesse recorte, o Técnico 3 relata o uso de um indicador da saúde relacionado à vacinação de uma população, em um dado período. Naquele contexto, as pessoas não vacinadas desenvolveram a surdez, o que desencadeou a necessidade de atendimento especializado nas unidades escolares e demandou a criação de um plano de ação urgente, para atender a esses estudantes. Já em outro recorte temporal, observou-se que, em virtude da campanha de vacinação, não houve aumento de público surdo; pelo contrário, registrou-se diminuição de casos e, conseqüentemente, o fechamento de salas de aula para surdos. O mesmo indicador permitiu a esse técnico fazer uma leitura sobre dois períodos diferentes, bem como os desdobramentos de cada dado. Isso mostra, na prática, a importância de se olharem os indicadores para uma melhor compreensão da realidade.

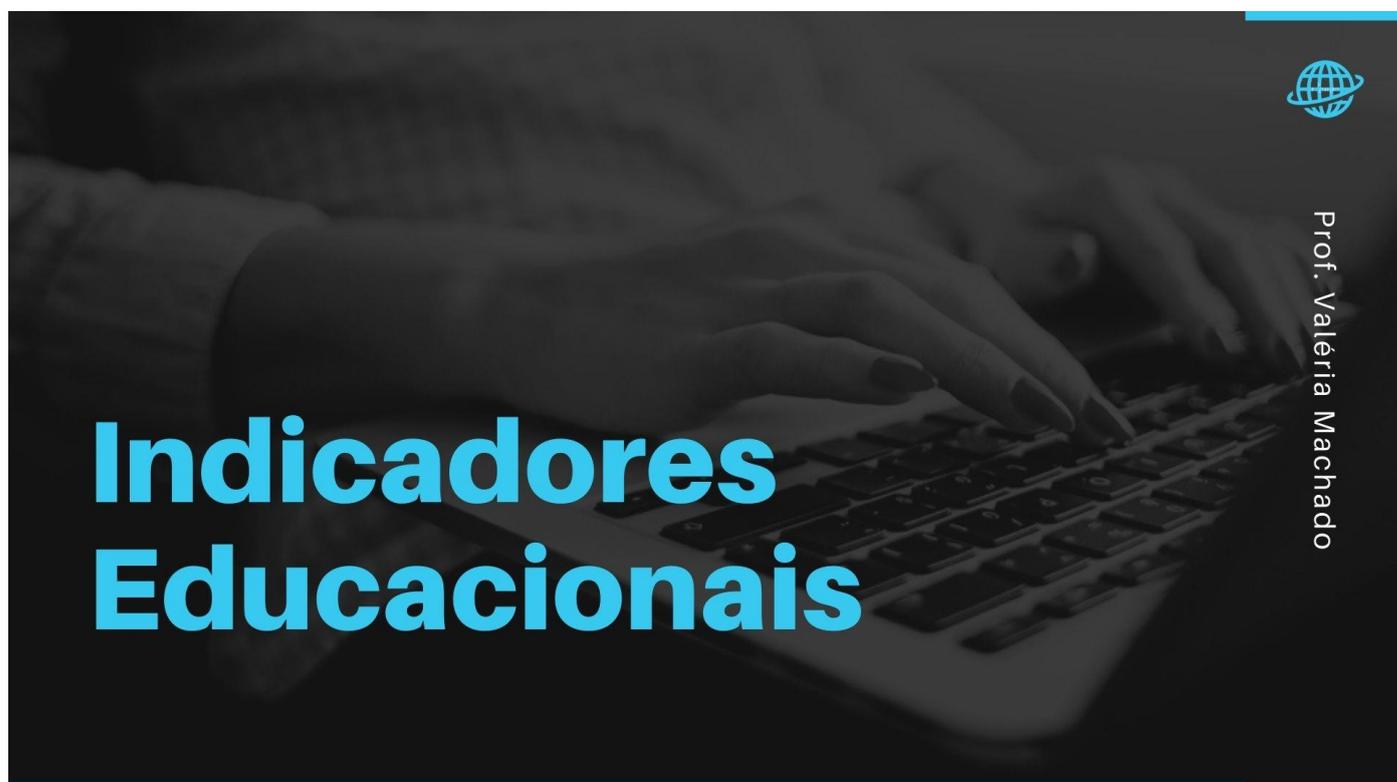
Nesse relato percebe-se, ainda, a presença dos indicadores em quatro esferas: no retrato da realidade empírica, na implementação de políticas públicas, no monitoramento dos efeitos causados por uma política pública de Estado e na mensuração dos resultados posteriores a essa política. E com isso, conclui-se o seu ciclo.

## 6PRODUTO

Com base nos resultados do presente estudo, advindos das discussões promovidas nas sessões bem como dos dados analisados e da discussão dos resultados, é perceptível a carência do uso e da compreensão de indicadores educacionais.

Diante disso, pretende-se elaborar uma jornada formativa (curso), cujo conteúdo apresente aos técnicos especialistas atuantes no órgão central, isto é na Secretaria de Educação, o uso e a eficácia dos indicadores educacionais, para a gestão da educação municipal em Diadema. De acordo com o edital desse programa de pesquisa o detalhamento desse produto será apresentado no programa de pós-defesa.

A seguir apresenta-se um esboço do curso e de seus conteúdos:



## O que são indicadores?

**Jannuzzi(2009)**

"É considerado uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social."

"são constituídos em sinais e recursos metodológicos, qualitativos ou quantitativos, que revelam significados, resultados, atributo, desempenhos de um grupo ou serviço"



PROF. VALÉRIA MACHADO

## Utilização de indicadores na gestão municipal

Jannuzzi (2012, p.103), defende que "se bem empregados, os indicadores podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais". Dessa forma instrumentalizando o planejamento público



PROF. VALÉRIA MACHADO

## Utilização de indicadores na gestão municipal

Minayo (2009), os “indicadores são importantes instrumentos de gestão, pois permitem o monitoramento de situações que necessitam ser mudadas, incentivadas ou potencializadas, permitem ao administrador operar sobre dimensões-chaves de sistemas e processos.



PROF. VALERIA MACHADO

## Características de um indicador



### MONITORAMENTO

Por meio dos indicadores é possível monitorar as condições de vida e de bem-estar social, auxiliando o planejamento governamental, sendo os mesmos também considerados uma forma de conexão entre a esfera acadêmica e a constatação das ocorrências sociais.



### DADOS SÓLIDOS E ORGANIZADOS SISTEMATICAMENTE

Utilização dos dados a partir de indicadores proporcionam uma leitura da experiência prática de forma mais eficaz, dirigindo a interpretação de forma mais completa.

PROF. VALERIA MACHADO

## Características de um indicador



### QUALITATIVO OU QUANTITATIVO

Indicadores qualitativos e quantitativos, gestores escolares e demais profissionais têm a possibilidade de enriquecer a interpretação da realidade, para o monitoramento e tomada de decisões mais assertivas embasada em dados concretos.



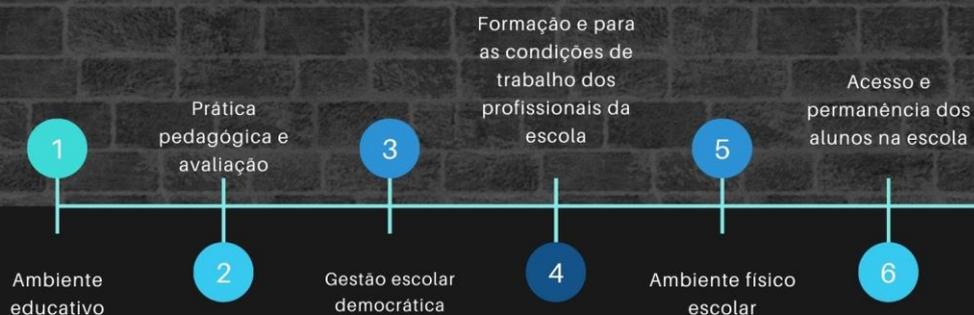
### CAUSA IMPACTO

A utilização de indicadores catalisa os processos de gerenciamento público, potencializando as chances de intervenções pontuais e eficazes, promovendo o bem-estar social.

PROF. VALÉRIA MACHADO

## PROJETO INDIQUE

### DIMENSÕES



## PROJETO INDIQUE

As seis dimensões sistematizam os indicadores que são atribuídos em cada etapa do projeto, instrumentalizando o gestor para o desenvolvimento de um trabalho baseado em dados medidos de forma qualitativa e quantitativa, possibilitando tomada de decisões e intervenções de forma mais assertiva.



PROF. VALERIA MACHADO

### DIMENSÃO : AMBIENTE EDUCATIVO

#### INDICADORES



1  
Amizade e  
solidariedade.



2  
Alegria,  
respeito  
ao outro.



3  
Combate à  
discriminação.

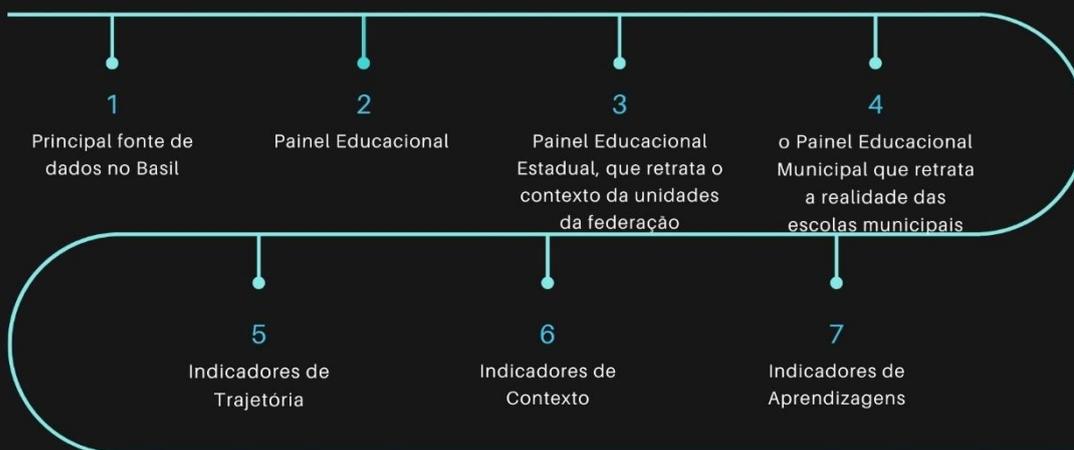


4  
Disciplina e  
respeito aos  
direitos das  
crianças e  
dos  
adolescentes.

**OBJETIVO:** Por meio desses indicadores busca-se medir as relações humanas no espaço escolar.

## INEP- Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira

Indicadores Educacionais



## A dificuldade de um Indicador captar e retratar a realidade

Somente com um indicador não se consegue captar, traduzir ou mensurar uma realidade do contexto social por completo, sendo necessário considerar outros fatores, outros indicadores, e dados que compõem o cenário que se busca compreender.



## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa analisou como os técnicos especialistas atuantes na Secretaria de Educação do município de Diadema, situado na Região do Grande ABC Paulista, compreendem e utilizam os indicadores educacionais. Após a revisão da literatura especializada e das evidências reveladas no presente estudo, com base na análise dos dados obtidos nas reuniões reflexivas, acredita-se ter ampliado a compreensão sobre o fenômeno investigado.

Uma vez examinada a visão do grupo participante, constata-se, inicialmente, que os indicadores não conseguem dar conta de revelar a complexidade da qualidade da educação e da escola. No entanto, sem eles, tal compreensão se torna reduzida, turva e limitada. Desse modo, o entendimento sobre a qualidade da educação, bem como a busca por oportunizá-la a todos os estudantes, necessitam, claramente, do gerenciamento e do acompanhamento de elementos multidimensionais, provenientes de diversas áreas e ancorados em múltiplos indicadores, considerando a complexidade dos fenômenos.

Destaca-se que houve diferenças entre os depoimentos dos profissionais que possuíam formação inicial em áreas diferentes, entre elas a da saúde e a dos profissionais formados na área da educação. Mais especificamente, os primeiros mostraram uma compreensão um pouco mais elaborada acerca dos indicadores e de seus usos. Já o segundo grupo, em geral, apresentou uma visão mais “intuitiva” e mais associada ao senso comum.

Dito de outro modo, os participantes do primeiro grupo demonstraram maior clareza, conhecimento e aceitação no uso dos indicadores para desempenhar suas práticas profissionais. Com relação ao segundo grupo, todavia, os conhecimentos apresentados eram mais esparsos, dispersos e superficiais. De fato, esses profissionais revelaram pouco conhecimento e pouco uso dos indicadores em seus cotidianos de trabalho.

Este segundo grupo tinha uma visão claramente simplista, restrita e pouco elaborada acerca dos indicadores educacionais, o que, de certa forma, valida estudos mais recentes sobre a temática. Todavia, tal situação tem, certamente, amplas implicações relacionadas à gestão da qualidade da educação na rede de ensino e nas escolas do município de Diadema.

Desprovidos de aprendizagens sobre os indicadores, algumas dificuldades acabam sendo incontornáveis para enfrentar os problemas atuais da qualidade que afetam a escola e os alunos. Se os especialistas tivessem devidamente instrumentalizados para a leitura dos indicadores, e das avaliações, entenderiam, entre outros, os aspectos teóricos, metodológicos e práticos e as contradições engendradas nas análises dos resultados. Neste sentido, eles poderiam fazer uma gestão da qualidade mais baseada em evidências e assumir uma posição menos ingênua frente a eventos complexos.

No que tange ao uso dos indicadores no cotidiano do trabalho, essa compreensão reduzida também se fez presente. Em outras palavras, a centralidade do IDEB para a gestão educacional e escolar, em que pese sua relevância para revelar a qualidade do ensino de Português e Matemática, precisa ser discutida e revista com urgência. Não se pode pensar, ilusoriamente, dentro de uma Secretaria de Educação, isto é, de um órgão central que atua na elaboração de políticas para a formação de crianças e jovens, entre outras questões, que seja possível garantir o direito à educação a partir da análise de somente um indicador.

Outra questão preocupante, revelada pelos participantes desta pesquisa, concerne ao desconhecimento e ao não uso de outros indicadores, como os de trajetória, contexto e aprendizagem. Trata-se de mais uma situação que, muito provavelmente, tem consequências “negativas” em relação à busca pela qualidade educacional e escolar. Ao desconsiderar uma gama de indicadores disponíveis – taxa de reprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade-série, nível socioeconômico, complexidade da gestão escolar –, sobretudo os atrelados aos professores – tais como formação superior, adequação da formação e esforço docente –, é nítida certa negligência sobre a busca da qualidade. Ao se utilizar somente um indicador acaba se tendo uma visão reducionista, limitada e restrita sobre a realidade das escolas.

Todavia, acredita-se que tal quadro de negligência pode ser alterado por meio de um projeto de formação sólido e duradouro, a ser realizado a curto, médio e longo prazo, cujo foco são os especialistas em educação e, ao mesmo tempo, os gestores escolares. O fato de esses profissionais mostrarem pouco conhecimento pode ser considerado um importante início para essa formação.

Em suma, os dados aqui obtidos indicam a necessidade de elaboração do referido projeto para esse público, pois ele é formado por pessoas diretamente envolvidas na formação dos professores, nas políticas educacionais locais, na busca pela qualidade, entre outras questões. Além disso, espera-se que, a partir da presente pesquisa, os novos elementos empíricos apresentados possam ser utilizados pelas autoridades do município de Diadema, responsáveis pelo desenvolvimento de políticas educacionais.

## REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; CHAPPAZ, Raíssa de Oliveira; FREITAS, Pâmela Félix. Avaliações da aprendizagem externas em larga escala e gestores escolares: características, controvérsias e alternativas. **Cadernos de Pesquisa**, SãoLuís, v.28,n.1,jan./mar.2021.

ALVES, Paula Regina de Moura França.**Informação estratégica:** indicadores educacionais e os órgãos de fomento.2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para efetivação de uma política de avaliação educacional.**Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013

ANDRADE, Dalton Francisco; TAVARES, Heliton Ribeiro; DA CUNHA VALLE, Raquel. **Teoria da Resposta ao Item:** conceitos e aplicações. São Paulo: Associação Brasileira de Educação, 2000.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 18/03/2020.

BAUER, Raymond. **Social indicators**. Cambridge: MIT Press, 1967.

BAUER, Adriana; SOUSA, Sandra Zákia. Indicadores para laevaluación de programas educativos: desafios metodológicos.**Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 86, p. 259-284, 2015.

BAUER, Adriana. Uso de indicadores educacionais para a avaliação e monitoramento da qualidade da escola: possibilidades e desafios. In: SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz (Org.). **Qualidade(s) da escola pública:** reinventando a avaliação como resistência. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 69-82.

BRASIL.**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 22/02/2021.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAPPAZ, R. O.; ALAVARSE, O. M. Avaliação externa na Rede Municipal de Ensino de São Paulo: os desafios da participação docente. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 88-111, 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v.16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DIADEMA. **Caminhos e lugares, uma primeira viagem por suas referências históricas**. Centro e Memória. Diadema: Departamento de Cultura, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Diadema, 1999.

DIADEMA. **Referências Históricas 1501-2000**. Centro e Memória. Diadema: Departamento de Cultura, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 2002.

FERREIRA, Helder Ferreira.; CASSIOLATO, Martha.; GONZALEZ, Roberto. **Como Elaborar Modelo Lógico de Programas: um roteiro básico**. Nota técnica. Brasília: IPEA, 2007.

FONSECA, Gilson Luiz Bretas da. **Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

GAROFALO, Ana Paula. **Indicadores educacionais atrelados ao professor: uma análise dos planos municipais de educação dos municípios da região do grande abc paulista**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão escolar e Políticas Públicas). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2020.

GARCIA, Paulo Sergio; BRITO, Carlos Alexandre Felício. Indicadores educacionais atrelados ao professor: falta de formação ou negligência. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**. 2021 (no prelo).

GARCIA, Paulo Sergio; FAZIO, Xavier; PANNIZZON, Debbra; BIZZO, Nélio. AUSTRÁLIA, BRASIL E CANADÁ: IMPACTO DAS AVALIAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS. **Estudos em Avaliação Educacional** (IMPRESSO), v. 1, p. 1-34, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo**: das intenções aos instrumentos. Porto, PT: Porto Editora, 1994.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/diadema.html>. Acesso em 25/06/2020.

INEP. **Indicadores educacionais**. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/indicadores-educacionais> . Acesso em 20/05/2020

INEP. **Resultados da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/web/guest/educacao-basica/IDEB/resultados>. Acesso em: 20/05/2020

INEP. **Painel educacional**. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/painel-educacional>. Acesso em 06/08/2020

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa Colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Vol. 1. Brasília: Líber Livro, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA (INEP). Indicadores Da Qualidade Da Educação. **Conjunto de dimensões e indicadores para que escolas avaliem de forma participativa o atendimento educacional e construam propostas para melhoria da educação**. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/indicadores-da-qualidade-da-educacao>. Acesso em 22 de março de 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos**. 6.ed. Campinas: 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. 3.ed. Brasília/ Florianópolis: CAPES: UAB, 2014.

KOETZ, Carmen Maria; WERLE, Flávia Obino Corrêa; MARTIN, Tatiane Fátima Kovalski. Escola pública e a utilização de indicadores educacionais. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 99-112, jan./abr. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, p. 83-91, 2009.

NAMEN, Anderson; BORGES, Sonia; SADALA, Maria. Indicadores de qualidade do ensino fundamental: o uso das tecnologias de mineração de dados e de visões multidimensionais para apoio à análise e definição de políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 238, 2013, p. 677-700

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DO GRANDE ABC. **Relatório do primeiro trimestre de 2019**. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2019.

PAULA, Eleonora Ferreira. **Proposta de um sistema de informações estratégicas e georreferenciadas para a secretaria municipal de educação de Belo Horizonte**. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. **Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação, CAED**. Avaliação e indicadores educacionais e políticas públicas e escola. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2012.

RIBEIRO, Alice Andrés. **A agenda das metas e indicadores educacionais: disseminação, atores e desafios**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMÃO, Joana Borges Buarque de. Um leiturado dos usos dos indicadores de qualidade na educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 823-847, 2010.

RIBEIRO, Vera Masagão; GUSMÃO, Joana Buarque de. **Indicadores da qualidade na educação**. / Ação Educativa, Unicef, PNUD, INEP-MEC (coordenadores). São Paulo: Ação Educativa, 2004.

SCANDAR NETO, Wadih João; JANNUZZI, Paulo de Martino; SILVA, Pedro Luis do Nascimento. Sistemas de Indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores sociais? **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/ MG. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1511.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1511.pdf). Acesso em: 06/05/2021.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Análise histórica das Constituições brasileiras. **Revista Ponto e vírgula**, São Paulo, n. 10, p. 242, 2011.

SILVA, Marcela Mara dos Santos *et al.* A abordagem da avaliação educacional em larga escala nos cursos de graduação em Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 245, p. 46-67, jan./abr. 2016.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul./set. 2013.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; KOETZ, Carmen Maria; MARTINS; Tatiane Fátima Kovalski. Escola pública e a utilização de indicadores educacionais. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 99-112, jan./abr. 2015.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE  
MUNICIPAL DE SÃO  
CAETANO DO SUL



**Questionário para caracterização do grupo de pesquisa (devido ao contexto de pandemia pretende-se enviar via google forms)**

Prezada Equipe

As informações prestadas nesta pesquisa visam subsidiar a pesquisa de Mestrado na área de Educação, cujo objetivo está atrelado à uma análise dos usos e compreensão dos indicadores educacionais, a partir de uma pesquisa-ação, colaborativa, dentro da abordagem qualitativa.

### I – INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Sexo ( ) MASCULINO ( ) FEMININO

2. Idade \_\_\_\_\_

### II – INFORMAÇÕES ACADÊMICA E PROFISSIONAL

3. Formação

( ) Magistério ( ) Pedagogia Licenciatura Plena ( ) Normal Superior

( ) Outros. Especificar: \_\_\_\_\_

4. Possui Pós graduação latu ou stricto sensu:

( ) Pós graduação latu sensu

( ) Pós graduação stricto sensu (mestrado)

( ) Pós graduação stricto sensu (doutorado)

**III – INFORMAÇÕES SOBRE A CARREIRA**

5. Tempo que atua na educação? \_\_\_\_\_

6. Já atuou como gestor em unidade escolar? \_\_\_\_\_

7. Tempo que atua como especialista técnico na Secretaria de Educação?

---

---

---

---

8. Descreva em poucas palavras o trabalho que desenvolve na secretaria de educação: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE  
MUNICIPAL DE SÃO  
CAETANO DO SUL



### Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Convidamos V.Sa. a participar da pesquisa INDICADORES EDUCACIONAIS: UTILIZAÇÃO E COMPREENSÃO DE UM GRUPO DE TÉCNICOS ESPECIALISTAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DIADEMA, sob responsabilidade da pesquisadora Valéria Machado Araujo Santos e orientada pelo Professor Dr. Paulo Sergio Garcia, tendo por objetivo analisar a compreensão e a utilização dos indicadores por parte de um grupo de especialistas técnicos atuantes na Secretaria de Educação do município de Diadema.

Para realização deste trabalho usaremos o(s) seguinte(s) método(s): pesquisa qualitativa relacionadas aos objetivos deste estudo. A natureza desta pesquisa será Pesquisa-ação, com pesquisa colaborativa, que no âmbito escolar é um trabalho de cooperação com interação entre pesquisador e equipe técnica, num processo de estudo teórico-prático que envolve questionamentos e teorização sobre as práticas e teorias que norteiam o trabalho.

Esclarecemos que manteremos em anonimato, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem os sujeitos desta presente pesquisa usando apenas, para divulgação, os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo.

A presente pesquisa não apresenta riscos. Os benefícios esperados com o resultado desta pesquisa será a produção um instrumento de monitoramento das

unidades escolares anos iniciais por meio dos dados encontrados nos indicadores educacionais.

O (a) senhor (a) terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si ou para seu tratamento (se for o caso); a garantia de que em caso haja algum dano a sua pessoa (ou o dependente), os prejuízos serão assumidos pelos pesquisadores ou pela instituição responsável, inclusive acompanhamento médico e hospitalar (se for o caso). Caso haja gastos adicionais, eles serão absorvidos pelo pesquisador.

Nos casos de dúvidas e esclarecimentos o (a) senhor (a) deve procurar a pesquisadora Valéria Machado Araujo Santos – tel. (11) 979791677 ou seu orientador o Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia – Tel. (11) 97221-2271.

Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), localizado na R. Santo Antônio, 50 – Centro, Campus Centro da USCS, São Caetano do Sul. Fone (11) 42393217 ou ainda através do e-mail: cep.uscs@uscs.edu.br

#### Consentimento Livre e Esclarecido

Eu \_\_\_\_\_, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do(s) pesquisador(es).

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Sujeito (ou responsável) Assinatura da pesquisadora

Para menores de 18 anos a autorização é assinada pelo Pai ou responsável

ATENÇÃO:

1º Em casos de pesquisa com menores ou população vulnerável, usar o texto abaixo:

Eu (nome completo do responsável), responsável pelo(a) menor (nome completo do menor),

2º Em casos de pesquisa com menores, além do TCLE, deve ser feito um Termo de Assentimento.

## APÊNDICE C – PARTE DAS TRANSCRIÇÃO DAS REUNIÕES

### Reunião 1

**Pesquisadora**- Primeiramente gostaria de agradecer a disposição de vocês de estarem aqui para participar. E dizer que estou muito contente em desenvolver esse projeto aqui na rede, porque gosto muito da prefeitura de Diadema, por ter sido meu primeiro cargo como professora. Separei uma pequena apresentação introdutória sobre o projeto, o que é, seu objetivo para situá-los sobre o que vai nortear a discussão.

O tema do meu projeto é a compreensão e os usos de indicadores educacionais no município de Diadema.

A minha relação com os indicadores começou no ano passado, quando ingressei no mestrado, vamos dizer assim, nesse mundo que desconhecia com profundidade o que era, como era e como utilizar. E eu percebi a necessidade de olhar pra esses dados e esses resultados, de uma forma positiva, como eles podem nos auxiliar em termos técnicos e aos especialistas da educação.

O orientador do meu projeto é o Professor Paulo César Garcia, inclusive no começo do ano, a gente estava em processo de agendamento para ele dar uma palestra entre os professores de Diadema, mas infelizmente com a pandemia não foi possível realizar a palestra.

O projeto está sendo como dissertação no curso do mestrado na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. a USCS, meu principal objetivo com essa pesquisa é analisar as percepções e uso dos indicadores educacionais por vocês, ou seja, os usos dos indicadores em suas atribuições diárias ou em projetos

desenvolvidos na educação do município de Diadema a partir dos indicadores que auxiliem na tomada de decisões.

Agora eu gostaria que vocês falassem sobre o que que vocês entendem sobre os indicadores educacionais, quais indicadores vocês conhecem e principalmente se você já fez uso de algum indicador na sua atuação, como usou? quando usou? se você percebe algum efeito desses dados na sua prática no seu trabalho no seu dia a dia, é isso que eu gostaria de saber de vocês hoje.

Com exceção das fonoaudiólogas, os outros técnicos atuam na Secretaria de Educação há mais de 2 anos. Eu acredito que vocês tenham experiências para explicitar situações nesse período e dizer quais indicadores educacionais já fizeram parte do trabalho de vocês.

**Técnico 1:** Eu Acredito o que nós estamos falando é sobre o IDEB?

**Pesquisadora 1:** O IDEB é um dos indicadores.

**Técnico 1:** Então o que a gente entende sobre o IDEB seria quando a gente pega o resultado e você acaba refletindo quais são as necessidades que entende sobre a escola, o que está em defasagem, e ele, o IDEB deveria ter como plano de ação, o que nós poderemos fazer para alcançar essa lacuna, que tem nos dividido desse resultado? E não o resultado pelo resultado e sim quais os investimentos necessários que a gente tem que fazer para atingir o que ficou faltando e não para ranquear. Eu entendo que nesse sentido que a gente usa os indicadores, (...) e conseguir fazer um investimento para melhorar a qualidade do ensino.

**Pesquisadora:** Perfeito!

**Técnico 1:** A nossa pega o SAEB né? Ele entra como indicador também?

**Pesquisadora:** O SAEB é um sistema de avaliação, ele junta tantos os resultados das avaliações em larga escala, o que a gente mais conhece, como a ANA, ANEB e o ANRESC.

**Técnico 2:** Então, sobre Indicadores nacionais né, tem no SARESP também, tem o INEP, é o que a gente está sempre olhando né, eu lembro quando dava aula, até hoje no estado, a gente esquece um pouco do SARESP, comparando né as escolas e isso acontece nas escolas, e isso os Indicadores digamos assim, você também pergunta sobre os indicadores municipais de educação?

**Pesquisadora:** Sim, sim entram todos mas acredito que até os municipais vão estar mais próximos, mais presentes da prática de vocês, e no caso meninas fonoaudiólogas, pode até ter casos de outros indicadores. Indicadores existem em diversas áreas como social e da saúde talvez as meninas fonoaudiólogas, tenham algum contato com indicadores de outras áreas, mas a ideia é essa mesma.

Eu gostaria de saber se uma das meninas tiveram algum contato de indicadores de outras área, mas a ideia é essa mesma...

**Técnico 3:** Eu conheço como indicadores, só os de saúde por ter estudado, associados muitos aos dias de vida perdido, conhecimento da qualidade infantil, qualidade materna, expectativa de vida, essa outra coisa, que são indicadores que você acaba usando para defender também qual o nível de desenvolvimento de uma país, onde a mortalidade infantil é considerada um país em desenvolvimento, onde também tem um alta mortalidade materna, que seria aquela mortalidade onde acontece no puerpério após 40 dias do nascimento, também é considerado como um país em desenvolvimento, o país que você tem alta potencialização de vida perdido, onde muitos jovens morrem em acidentes até mesmo na violência, são indicador considerado um país em desenvolvimento. São indicadores de outras

áreas, mas que servem para gente pensar onde está o município e o estado em relação ao que você espera, e isso vai refletir no índice de desenvolvimento humano.

**Pesquisadora:** Perfeito, e me fala uma coisa, na sua prática enquanto você é uma profissional da saúde, mas que atua na área da educação, você consegue falar de uma situação que você fez uso dos indicadores de saúde e conseguiu relacionar com indicador educacional, que influenciou na sua prática?

**Técnico 3:** Na verdade quando a gente pensa, porque assim, apesar de desempenhar essa função a muito tempo, esse nosso casamento com o pessoal da educação é uma coisa recente, nessa configuração que a gente está, quando tratávamos de casos de surdes, o uso dos indicadores são muito importantes inclusive para você justificar a vacinação em massa da rubéola, então por exemplo quando você mostrava que você tinha universo em Diadema, 70% dos alunos do Olga Benário eram surdos por conta da rubéola materna, a gente mostrava que se você tivesse a vacinação em massa para as mulheres em idade de engravidar, você reduziria isso, e isso afetava até por exemplo a existência de uma escola especial, você tinha escola especial pois você tinha muitos surdos, entende o que quero dizer?

**Pesquisadora:** Sim.

**Técnico 3:** Na hora que você dilui essa quantidade de surdos e você faz a prevenção a vacinação em massa contra a rubéola foi introduzida em 1999 no estado de São Paulo, e de maneira geral em 2001 mais ou menos, em 10 anos você teve um redução tão absurda, mas tão absurda que você não tinha quase matrícula, aí com isso você tem fechamento de sala, porque a falta da vacina é o maior causador, quando você elimina, faz com que mude a política educacional, por exemplo é questão da perda da audição, você entende o que quero dizer né?

**Pesquisadora:** Sim

**Técnico:** Porque você não tem mais a necessidade mais de um espaço físico específico para aquela população, porque essa população se dilui, o que você espera no universo da população, é o que você esperaria na população de todo o mundo, não uma população que estava exposta a uma doença infecto contagiosa, prevenir com vacina e que na hora que você faz o movimento de vacina em massa você elimina esse fator e você muda toda a configuração, por exemplo da oferta da educação especial.

**Pesquisadora:** Perfeito, sim, perfeito, e é justamente essa é a proposta real do indicador, você conseguiu olhar para o dado e você conseguir fazer um planejamento. Para fazer implementação da política pública, essa é a grande função do indicador. Não é para ranquear, não é a monitorização no sentido do capataz. Esse é um exemplo perfeito porque é um é um indicador que traz um dado que vai auxiliar na implementação de uma política pública e que vai ajudar a monitorar a implementação dessa política pública o efeito dela. Gostaria de perguntar para o Técnico 4 que está com educação integral em Diadema é sobre o planejamento da educação integral, vocês já tiveram alguma situação que precisaram olhar para um dado dos indicadores educacionais para pensar em um planejamento ou para entender algum fenômeno que estivesse acontecendo na rede.

**Técnico 4:** Vou falar de 2 situações que eu vivenciei em termos práticos, tá?

**Pesquisador:** Ok

**Técnico 4:** A 1ª Situação envolve a educação integral na questão dos indicadores, foi quando estava na gestão, nós sentimos a necessidade de indicar no conselho os alunos que eram da educação integral, para monitorar mesmo, esse programa era

adesão para estudantes com vulnerabilidades de aprendizagem. Porque era necessário perceber esses dados que não tinha no conselho. Nós também organizamos um instrumento dentro do próprio registro do conselho, e mostrava quem era os....(Técnico 4: caiu da reunião e não continuou a fala)

**Pesquisadora:** Vou aproveitar para falar com o técnico 5 um pouquinho, você que trabalha com o censo, com dados e mais outras atribuições e aqueles ligados à alimentação. Nós temos também indicadores ligados a alimentação na área da educação, gostaria que primeiro você falasse o que você entende por indicador educacional, o que seria para você isso? O técnico 1 falou sobre a questão do ranqueamento, falou sobre um dado, mas que não traz uma forma de trabalhar com esse dado, e para você? Que atua em outro departamento, dentro do seu ambiente que é diferente dos outros técnicos?

**Técnico 5:** Quando a gente trabalha, quando fala de indicador o que eu consigo pensar muito por exemplo, todo ano a gente elabora o IGM, e o IGM é um indicador que vai dizer se a gente vai ter, se a gente vai ter que contribuir para nota do IDEB, então a gente faz todo o trabalho de compilação dos dados da formação, da expansão, da alimentação, de todos os setores para a gente ter resultado que enquanto tribunal de contas ele vem conferir, entendeu? E esse indicador ele vai dizer se a gente está indo bem, onde errou e onde pode melhorar. Quando elaborei meu 1ºIGM a gente tem a noção de onde que a gente pode melhorar entendeu, então assim aquela questão, teve perguntas muito variadas que do governo estadual, eles fazem perguntas muitos variadas, você acha isso um absurdo, mas tem muito objetivo, por exemplo na alimentação escolar, ele vai lá e pergunta se gente oferece alimentação escolar, eles vão lá e perguntam se a alimentação é preparada dentro da escola ou não, para cada resposta positiva ele vai te dar um

número um valor, há foi entregue o uniforme escolar, eles perguntam se pegou o uniforme da escola antes do início das aulas aí a pontuação do município pra essa questão é uma pontuação, vou usar um exemplo, ele usou a nota do município 1, se eu entreguei esse uniforme depois que começou as aulas, a pontuação é 0,5. Se entreguei o uniforme em 9 de março a pontuação é tanto, aí sei lá depois de maio a pontuação é 0, ou seja, não pontuei nesse ranking, então a gente lida muito com esse indicador.

**Pesquisadora:** Perfeito, e pra você, isso é positivo ou negativo? Você acha que isso auxilia?

**Técnico 5:** Isso é positivo, por exemplo quando pego a lista pública, toda vez que a gente tinha que responder o IGM, a gente tinha que falar sobre a lista pública de espera, então a lista tá grande? Ou seja o IGM de 2018 eu pego o reflexo de 2017, a gente vê que a gente não fez nada, a gente fala “eita” não deu certo, então em 2018 é que esse ano não teve oportunidade de responder o IGM, porque a gente tinha um salto bem melhor na questão da expansão, porque com a implementação do sistema público, que a gente conseguiu implantar, a gente teve uma fotografia melhor, a gente conseguiu ter um panorama melhor uma coisa mais macro, esse sistema que a gente usava era um sistema da longe, era muito ruim, não tinha um respaldo, aí quando a gente trouxe esse sistema novo e com parceria com o pessoal da informática, aí a gente tem um resultado bacana, a gente conseguiu eliminar a rotina de serviço, por exemplo, a lista pública eliminou a rotina de serviço, o que a responsável fazia? Ela recebia o processo do juiz, mandando matricular a criança, a responsável me mandava praticamente o processo inteiro, ela me mandava uma cópia, ele tinha que gastar mais papel pra nos enviar um monte de folhas, aí a gente tinha que ver folha por folha, foi uma informação que não ajudava a gente, então o

que aconteceu, o sistema eu crio uma senha pra responsável, onde o processo chegava pra mim e informo que aquela criança tá esperando uma vaga na creche e informo o sistema que quero eliminar o sistema inteiro, então ele entende, ou seja, ela passa na frente de todo mundo, pois o Juiz tá mandando não tem nenhuma lei que bloqueia isso, então essa passa na frente, é isso que acontece com criança especial, se ela está precisando de uma vaga na creche ou no ensino de educação parcial, ela é uma criança deficiente, a gente tem que informar isso no sistema e ela já pula pra 1º, ou seja o sistema entende pra a gente que ela é a 1º, ela vira a 1º oportunidade, a 2º é a criança de vulnerabilidade que é acompanhada na demanda, essa criança é de vulnerabilidade, tem aquela lei agora também que se a mãe que sofre com violência domésticos, essa criança também é prioridade, essa informação entra como 2ºLugar, e 3ºLugar ela é liminar, porque liminar não pode passar por cima dessas crianças por lei, as que estão abaixo são as outras crianças que entrou na lista, ou seja quando respondo o indicador, agora tenho mais estrutura pra fazer, aí eles falam que vocês deram um salto nisso, entendeu?

**Pesquisadora:** Perfeito, super rico, e esse sistema, esse IGM que foi criado pelo Estado?

**Técnico 5:** Isso.

**Pesquisadora:** O IGM é o indicador do estado, qual é esse que você falou que desenvolveram junto com o pessoal da informática?

**Técnico 5:** Esse é um sistema da lista pública, não sei se posso falar que é um indicador, mas por exemplo, com ele consegue ter um indicador de quantas crianças faltam, quantos estão na lista de espera, e se tem lista de espera, e na unidade a gente consegue mapear esse tipo de indicador.

**Pesquisadora:** Entendi, então ele coleta os dados né?

**Técnico 5:** Perfeito.

**Pesquisadora:** Quando a gente vai olhar para o indicador a gente teria um programa que alimentaria os indicadores, que seria uma coisa que eu iria falar com vocês no próximo encontro que seria 'desenvolvimento de indicadores próprios da rede', partindo da necessidade que a rede vai apontando e trazendo, muito obrigada, foi muito rica a sua contribuição.

(continuação da fala do Técnico 4, que havia caído da reunião)

**Técnico 4:** Então como eu estava falando, os indicadores na minha vida, foram 2 momentos assim distintos, o 1º contato com Indicador foi com o IDEB, eu estava num grupo chamado GIN dava como suporte como se fosse um coordenador, na época que nossa rede funcionava em 6 escolas, aí fui designada pra uma escola ANITA lá no centro, aí o que acontecia não se discutia sobre indicadores, não se discutia sobre IDEB, então nossas avaliações era com base apenas na produção do texto escrito pelas crianças, o que limitava muito, a gente ficava muito preocupadas o que tinha que ter no texto que iria levar pelo conselho e não avançava muito nessa discussão, quando fui pro ANITA tive esse conhecimento já conhecia os IDEBs, por conta dos filhos quando faziam as avaliações, aí cheguei no ANITA usando uma avaliação interna, utilizando os modelos do SARESP, escondido da secretaria da educação, vou te falar o que me falaram então não sei se isso é real é que a Secretaria era contra esse tipo de avaliação, então a diretoria da escola na época ela fazia 2 avaliações, 1 no início e uma no final do ano, aí cheguei na escola dentro desse cenário aí tive que me apropriar, porque não tinha acesso, aí tive que estudar as habilidades, como funcionaria esse pensamento na educação, aí uma coisa me incomodou bastante é que ela tinha todo esse trabalho de imprimir todas as

atividades, aplicar, mas não existia uma tabulação dessas informações, a tabulação que era feito na escola era tudo meio raso e ficava naquela própria do sistema como bom, médio e excelente, aí cheguei questionando isso, como tive oportunidade de estudar por conta cada habilidade e porque a aplicação da prova, o que tudo aquilo seria, eu penso que ela tinha que dar uma resposta e que tinha que dar uma mudança de comportamento do grupo frente aos dados, e aqueles dados ficavam mais como informação, então eu pegava uma sala num ano e o ANITA era uma escola tinha uma questão de não mudar os alunos de sala, era o mesmo aluno do 1º ao 5º ano, aí pegava aquela sala fechadinha com aqueles dados que não me dizia nada se era bom, médio e excelente, aí comecei a questionar, achei essa inicialização boa, mas pensei que tinha que melhorar, essa aplicação instrumental, falei pra ela que tinha que fazer a tabulação das habilidades, por exemplo quais eram as habilidades do 4º e do 5º, aí sucessivamente, essa época era ano e não assíncrona, aí ela perguntou quem iria fazer esse trabalho, aí cada professor tabularia suas habilidades, ele calcula, aí no geral todos os professores começaram a fazer isso, aí a partir daí começamos a estudar essas habilidades, então surgiram coisas diferentes como por exemplo em matemática não era trabalhado grandezas e medidas por exemplo, aí ao todo tinha dificuldades, aí todo mundo começou a se deparar com os dados mastigados, aí o que começamos a fazer, começamos a investir nos professores, então começamos o ensino em cima dessas habilidades porque pareciam óbvios, mas não eram, tinha muitas habilidades de leitura os professores nem sabiam que ia trabalhar isso num texto, então fomos atrás de material e a estudar, aí esse instrumental começou a ter um sentido na escola, aí com esse processo comecei a crescer junto com esse grupo, então esse foi minha 1ª participação com indicador.

A minha opinião sobre o ensino integral, nós não tínhamos uma orientação em relação com a avaliação desses alunos, eles eram indicados ao programa a partir da sondagem diagnóstica no começo do ano, que era o critério do programa é vulnerabilidade e dificuldade de aprendizagem e até hoje nunca vi o programa em 2, só em 1 coisa só, sempre caminhou juntas, e um critério que considero injusto é que a educação integral é direito de todos, não só desses alunos, e essa forma junto com o município conseguimos chegar para atender aquele número de aluno que temos capacidade, e isso acho injusto por exemplo tirar uma aula legal de capoeira ou outros tipos de aluno, seria uma forma de excluir o aluno por estar naquela média, então a diferença da gestão da escola Atila, a busca por esse monitoramento começou a incomodar um pouco por causa que as crianças eram do programa, eles eram indicados por essa sondagem, mas eles passava batidos pelo conselho, aí nos pensamos eu e a coordenadora, que era uma excelente profissional, e começamos a destacar o instrumental desse conselho esses alunos que eram inseridos nesse programa, e isso virou um motivo de chacota, nós queríamos uma mudança dentro do grupo que ações e encaminhamento que poderíamos fazer para mudar a realidade dessas crianças, o estável daquela escola era o projeto mais educação, era uma das ações de encaminhamento, que partia muito mais assim como ação da gestão, então professor indicava e a gestão validava, mas em conta o professor o que ele fazia em frente esses dados, então a gente começou a investir nisso, e a partir a planejar as atividades que era desenvolvidas dentro do programa, sempre a partir dessa dificuldade que as crianças apresentava nesse programa e era registrado no conselho, e assim no último conselho e foi quando foi implantado o conselho trimestral porque já tava no modelo assíncrono, e foi assim uma novidade pra nós que estávamos acostumados bom bimestre isso foi um susto pra

nostambém, aí a rede também tinha adotado o SARESP, já estávamos participando, então por isso foi um susto pensar sobre esse conselho, e no último conselho percebemos que os alunos estavam sumindo, então isso foi um indicador que o programa de fato estava contribuindo em desenvolvimento de outras habilidades, não precisava tá ali com o caderno e lápis o tempo inteiro, pra que no começo estávamos com a ideia de reforço e que poderia trabalhar em outras habilidades que poderia despertar um interesse maior, num maior conhecimento para participação das atividades propostas ali, então essas crianças começaram a sumir no conselho, então outra necessidade incluir os profissionais da educação integral no conselho, então começaram a falar o que um estagiário poderia inserir num conselho, foi uma briga mais foi muito significativo essa participação, igual o professor de educação física inserir no conselho o que poderia contribuir, então começaram a dar informações que foram muito importantes que chegava para as pessoas do projeto mas não chegava na sala, porque no projeto eu sinto que para os pais e os alunos é o momento de dar aquela respirada, aqui poço ficar mais à vontade, poço falar, as vezes chega muito informações também da família, coisas que não sabia, muitas vezes informações que os alunos só comia na escola, então o aluno começou a ser avaliado na sua interação com todos, então foi uma experiencia muito rica, e hoje eles mantem o registro desses aluno, nos não temos quanto ao coordenador do programa eu sinto falta de indicador pra essas criancinhas e falem no conselho, porque o município investi bastante, e quando perdemos a verba nós mantivemos o programa para manter a interação, mas isso gera um custo pros cofres públicos, mas não existe uma preocupação em analisar esses dados com mais cuidados, nos oferecíamos muitas oficinas e muitas atividades, mas não tinha um instrumental para avaliar o impacto que geraria nesses alunos com o ensino integral, eu sinto falta

disso, eu pesquisei outros estados que mantem o ensino integral, a minha irmã é professora da rede e ela tem um olhar bem assim, bem detalhado pra essa questão do programa, ela trabalha do 4° ao 5° ano que totalmente o oposto do que eu trabalho, e ela avalia com um conjunto de ações e percebe a mudança de comportamentais dos alunos.

**Pesquisadora:** Perfeito.

**Pesquisadora:** Quero agradecer as contribuições e disponibilidade de todos em participar dessa pesquisa, e lembrar que na próxima semana realizaremos uma segunda e última reunião para o fechamento da discussão.

## **Reunião 2**

**Pesquisadora:** Quero agradecer a todos pela presença e as suas contribuições para esta pesquisa! Retomando a nossa discussão sobre os indicadores educacionais. Preparei um material com algumas definições sobre o que são os indicadores e seus usos na gestão pública. Mas antes, gostaria de dar oportunidade para quem não conseguiu falar na última reunião, pois todas as contribuições são de suma importância para validar essa pesquisa. Eu imagino, contextualizando essa discussão que vocês me trouxeram aqui, eu já vou pontuar aqui que quero desmistificar a visão dos indicadores, em nenhum setor, seja educação ou saúde em área nenhuma o indicador por si só traz o real cenário de um contexto, e esse é um pensamento que devemos desconstruir dentro da educação sobre os indicadores.

**Técnico 5:** Só queria contribuir com a última fala do técnico 4, na reunião anterior. Eu vou pensar como cabeça do dinheiro então por exemplo, é um programa onde se me perguntarem assim, se quisesse manter o programa eu responderia eu

não, por eu só to tendo despesas e não estou vendo onde não é tão pedagógica, onde que pra ela ajudaria muito o projeto, mas por falta de indicador não há retorno no contra turno, pra mim não porque só estou gastando dinheiro, porque é um programa que a escola não tem, porque qual a justificativa é por causa do IDEB, o município que mantem acima de x, não precisa do IDEB do Mais educação, e acaba virando política contraditória, que quer aumentar seu IDEB mas não quer...Porque seria assim não tem mais vagas, só tem para as crianças que tem vulnerabilidade, mas será que a outra criança que não tem essa vulnerabilidade não teria resultados também, ou seja seria pra todos, seria o gestor do sistema escola do censo escolar...

**Pesquisadora:** No caso com a visão técnica né?

**Técnico 5:** Exatamente, não tem contrapartida, tenho gasto com estagiário, do articulador, alimentação, mas fala que só pensa no dinheiro, mas é o dinheiro que faz movimentar o programa, a situação da alimentação é precária, a gente bate nisso desde 2015 desde quando entrei, será que um item seguro aguentar 7horas uma criança por dia? Um item e um almoço? É um negócio que você fala é ou não é, é um negócio meio Pank.

**Pesquisadora:** Muito obrigada por sua contribuição, isso enriquece ainda mais a nossa discussão. O INEP nossa principal fonte de dados possui uma série de indicadores que, quando você olha para metodologia de cada um deles, eles estão ali pra olhar um fator ali isolado, que a gente quanto técnico especialista precisa olhar um conjunto de dados para entendermos, um pouquinho da realidade mais próxima do contexto e a partir dessa realidade mais contextualizada um pouco mais real, a gente precisa a começar a identificar o que o técnico 6 pontuou, analisar onde estamos errando, o que estamos falhando e a partir daí pensar em estratégia de

desenvolvimento, como o técnico 2 pontuou lá no início que o IDEB ele por si só, nunca vai apontar e nunca vai trazer a realidade real daquela unidade escolar, porque uma escola é infinitamente do que um IDEB, e a gente precisa a começar a ter esse pensamento de que o IDEB e todos os indicadores tem uma função, quando você vai olhar na literatura quando você olha a proposta de cada indicador, não é de ranqueamento e muito pelo contrário, eles veem da necessidade de retratar com dados o que a realidade traz, de ter dados pra mensurar meu processo pra saber do ponto de que eu sai e do ponto que quero chegar, e que se não estou chegando no ponto que eu quero eu consigo olhar pra esses dados, ver onde está o meu problema ali e pensar em novas estratégias, porque como a gente fala muito que a gente costuma a trabalhar combatendo incêndio, mas a gente não para pensar no sistema todo de uma rede toda e das unidades, e começar a pensar nos plano de ação, o indicador vem praticamente pra isso, trazer dados de onde a gente tá, qual o percurso que a gente está fazendo e chegar onde queremos, o projeto é pra isso, mas do que entender o indicador e pensar numa forma de agente pegar todos esses dados colocar dentro de um instrumento, por exemplo, o Cacá enquanto secretário da educação, pegar instrumento e conseguir ter um panorama geral de todas as unidade e em vários seguimentos e como está andando isso, uma escola que olhamos no começo do ano, vamos olhar pra aquele indicador e como ele andou, e olhar essa relação com indicador e outro, e de repente esse indicador não está andando, aí vai pro indicador B, e ver se essa capacidade e ver essa condição que você tem de acessar esses dados de forma mais rápida e precisa e chegar onde a gente quer pra criar uma estratégia, por exemplo tinha preparado pra vocês, que é um indicador que queria mostrar pra vocês, e assim quem já tinha ouvido falar dele, esse é um dos indicadores que a gente tem que é o de complexidade de gestão,

quando você vai olhar na metodologia dele ele tem níveis, do nível 1 ao 6, quando você olha pro documento, no nível 1 é pra uma certa quantidade de aluno e outro segmento, quantos funcionários trabalhar quais são os turnos, números de gestores que atuam nessa escola, aí você pergunta, pra que serviço , é pra ver se a escola tem dificuldade lá no IDEB, em outra avaliação de larga escala, o nível de complexidades dessa escola, de repente ela está passando dificuldade e preciso saber enquanto técnico eu preciso saber a estratégia de que aquela é uma unidade escolar com nível de complexidade 4 e que isso interfere em todos os outros fatores da escola, então o indicador vem pra isso, a gente tem uma gama de estados não só no INEP em vários sistemas que já vem pronto praticamente, não tem o trabalho de coletar, e usar ao nosso favor, para o nosso próximo e último encontro a gente vai falar um pouco mais desse mundo dos indicadores educacionais, vou selecionar um poucos não conhecidos e a gente saber que existe um mundo muito maior e que a gente pensar e vou trazer o instrumento de construção e quero a validação desse instrumento se vai ajudar, e esses indicadores se vai conter ou não vai conter e eu penso otimista que futuramente isso abra caminhos por exemplo da lista pública que o técnico 5 pontuou, coletar dados e criar nossos próprios dados quanto municipal, acredito no avanço assim fantástico, de estar numa rede muito mais equipada com mais qualidade maior do trabalho e avançar na qualidade da educação que é nosso objetivo maior.

**Técnico 1:** É que o problema dos indicadores na minha opinião, acho que os indicadores que a gente tem dentro do site do governo federal, eles só me dão o retrato depois, tudo bem que depois vamos ter um plano de ação, que a gente tem um instrumento que me desse resultado antes, a gente resolveria o problema bem antes, se a gente tiver um indicador municipal.

**Pesquisadora:** Perfeito, Perfeito e Considerar que todos tem essa necessidade, é um dos principais, ter seu próprio indicador.